



Ler **A Razão** ...
é razão para um bom diálogo

Rua de S. Dinis, 309-1.º Fte. • 4200 PORTO

JORNAL DE PSICOLOGIA, 1992, VOL. 10, Nº 3

Jornal de PSICOLOGIA

VOLUME
10

DIRECTOR: RUI ABRUNHOSA GONÇALVES • PUBL. TRIMEST. • ANO 10 • Nº 3 • PREÇO 367\$50 • JUL. 1992

AS MULHERES E A QUALIDADE DE VIDA URBANA

Arza Churchman
PÁGINA 3

MEDIDAS DE CATEGORIZAÇÃO: FREQUÊNCIA DE PRODUÇÃO E DE TIPICIDADE

Amâncio da Costa Pinto
PÁGINA 10

AUTO-EFICÁCIA E ANSIEDADE: APLICAÇÕES NA CONSULTA PSICOLÓGICA

Conceição Nogueira e Artur Pedrosa Mesquita
PÁGINA 16

UM MODELO DE ESTRUTURA COGNITIVA: ESTUDO EXPERIMENTAL DE VALIDAÇÃO

Teresa Freire, Leonor Lencastre e Duarte Costa Pereira
PÁGINA 23

REUNIÕES CIENTÍFICAS, CALENDÁRIO E OUTRAS SECÇÕES

EDITORIAL

EFEMÉRIDES DA PSICOLOGIA

No editorial do número anterior debruçamo-nos sobre o aniversário do Jornal de Psicologia que este ano completa dez anos de existência.

Ainda num quadro de efemérides pareceu-nos útil lembrar neste espaço — que dedicamos sempre à Psicologia — um outro evento, que teve lugar há dez anos atrás e que também se revelou de uma importância fulcral para o desenvolvimento da Psicologia entre nós.

Trata-se da criação da Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia (A. P. L. P.) que então procurava responder pelos anseios dos psicólogos recém-licenciados nas Universidades Portuguesas, grupo que se distinguia dos Psicólogos oriundos do I. S. P. A. e daqueles que se haviam formado além-fronteiras. Havia ainda aqueles que, com outras licenciaturas (filosofia, sobretudo), mas que haviam obtido um diploma de especialização numa área da Psicologia, nomeadamente as técnicas projectivas, e que ostentavam a carteira profissional de Psicólogos. Perante o peso institucional e a implantação no mercado de trabalho que detinham estes Psicólogos "mais antigos", os recém-licenciados brandiam a bandeira da sua formação académica e do direito que então lhes assistia — ou pelo menos julgavam assistir-lhes — de serem os únicos com uma formação específica e qualificada na área da Psicologia em Portugal. As discussões acesas e renhidas culminariam num célebre Congresso/Reunião na Figueira da Foz onde "nasceria" a A.P.L.P., fruto sobretudo da dinâmica do já existente Grupo de Estudos e Reflexão em Psicologia.

Cedo se começou a notar a pujança que animava esta nova Associação que, é bom lembrar, constituía o quarto organismo representativo dos Psicólogos portugueses, pois já existiam a Associação Portuguesa da Psicologia, a Sociedade Portuguesa de Psicologia e o Sindicato dos Psicólogos. Em 1984, a A. P. L. P. organiza um Encontro subordinado ao tema "Intervenção Psicológica na Educação", cuja sessão de encerramento foi presidida pelo então Ministro da Educação, José Augusto Seabra. Dois anos depois e vencidos os pruridos iniciais de eugenia psicológica, a A. P. L. P. começa a encetar um processo de modificação de estatutos, que visa a sua abertura aos psicólogos provenientes de outras instituições que não só as Faculdades nacionais, desde que possuidores do grau de licenciatura ou equivalente ou ainda doutorados em psicologia. O culminar deste processo virá com o aparecimento da actual denominação, Associação dos Psicólogos Portugueses (APPORT), que terá lugar na primeira Convenção realizada em Março de 1987.

De então para cá, o movimento entre as várias Associações representantes da Psicologia Portuguesa tem sido, de facto, o da aproximação com vista à criação de uma futura Ordem dos Psicólogos. Foram precisos dez anos para consolidar este processo que cremos imparável e imprescindível para todos nós. Com todos os altos e baixos e zigue-zagues, a recta da meta parece já estar à vista.

Rui Abrunhosa Gonçalves

Jornal de
PSICOLOGIA

ISSN:0870-4783

DEPÓSITO LEGAL Nº 15561/87

DIRECTOR: Rui Abrunhosa Gonçalves

DIRECTORES ASSOCIADOS: Óscar Gonçalves e Miguel Cameira.

REDACÇÃO: Conceição Nogueira, Edgar Pereira, João Guedes Barbosa, Jorge Negreiros, José F. Cruz, Manuel Geada, Maria do Céu Taveira, Natália Ramos, Paulo Machado, Pedro Barbas Albuquerque, Pedro Pinho, Telmo Baptista e Teresa Freire.

SECRETARIADO: Maria Amélia Santos.

COLABORADORES: Leandro Almeida (Braga); Aires Gameiro (Lisboa); Albano Estrela (Lisboa); Amaral Dias (Coimbra); Anna Bonhoir (Louvain-Bélgica); Bártolo Campos (Porto); Bartha Lajos (Budapest-Hungria); Brigitte Cardoso e Cunha (Lisboa); Aura Montenegro (Coimbra); G.R. Skanes (Newfoundland-Canadá); Georges Meuris (Louvain-Bélgica); Gerardo Marín (San Francisco-EUA); Gunnar Kylén (Estocolmo-Suécia); Hakan Brokstedt (Estocolmo-Suécia); Harlan Hansen (Minneapolis-EUA); Isolina Borges e J. Bairo Ruivo (Porto); Klaus Helkama (Helsínquia-Finlândia); Leonard Goodstein (Washington, D.C.-EUA); Lois Thies Sprinthall (North Carolina-EUA); Luís Alberto Guerreiro (New Jersey-EUA); Maria de São Luís Castro (Porto); E. Mullet (Paris-França); Maurice Reuchlin (Paris-França); Norman Sprinthall (North Carolina-EUA); Patrícia Fontes (Irlanda); Peter Merenda (Rhode Island-EUA).

SUBSIDIADO POR: Fundação Eng.º António de Almeida; Gov. Civil do Porto; Câmara Mun. do Porto; Junta Nac. de Investigação Científica e Tecnológica.

ASSINATURA ANUAL: Portugal - Pessoal: 1000\$00; Instituições: 2500\$00; Países de expressão portuguesa (Brasil, África) - U.S. \$15; U.S. - \$20; Europa - U.S. \$20; U.S. \$25; Outros Países - U.S. \$25 - U.S. \$30.

Preço avulso: 367\$50 (IVA incluído).

Números atrasados: 250\$00.

A assinatura do Jornal de Psicologia é feita por 4 números/ano, a partir do nº 1 de cada ano, inclusivé.

PERIODICIDADE: Trimestral (quatro números/ano).

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO: Tipografia NUNES Lda., Rua D. João IV, 590 - 4000 Porto.

PROPRIETÁRIO: Grupo de Estudos e Reflexão em Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto.

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: JORNAL DE PSICOLOGIA, Rua das Taipas, 76 - 4000 Porto.

DISTRIBUIDORA: Empresa de Comércio Livreiro - Rua Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908.

TIRAGEM: 1000 exemplares.

LIVROS E PUBLICAÇÕES: Faremos referência a livros e outras publicações de que nos sejam enviados exemplares.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.

Nous souhaitons établir échange avec d'autres publications.

We wish to establish exchange with other publications.

INDEXADO EM: Psychological Abstracts; Ulrich's Directory.

SUBSCRIPTION RATES:

	Brasil/África	Europe	All others
Individual	US \$15	US \$20	US \$25
Institutions	US \$20	US \$25	US \$30

BACK ISSUES AND BACK VOLUMES: Write to: Jornal de Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto, Portugal

O JORNAL DE PSICOLOGIA é uma publicação destinada à divulgação e discussão de temas e assuntos nos diferentes domínios da Psicologia e ciências afins. O seu principal objectivo consiste em encorajar e facilitar o desenvolvimento da Psicologia em Portugal, contribuindo assim para o seu avanço como ciência, como profissão e como um meio de promover o bem-estar humano.

O conteúdo do JORNAL DE PSICOLOGIA abrange diferentes áreas e domínios. Para além de artigos e estudos de carácter teórico, revisões de literatura, documentos e artigos de discussão de práticas inovadoras, regularmente aparecem secções especiais. Uma secção de "Opinião" é dedicada à discussão de aspectos actuais relacionados com a prática da Psicologia, críticas, réplicas ou pequenos artigos apresentando ideias e/ou perspectivas de carácter inovador. Além disso, a secção "Entrevista com..." visa apresentar as ideias, o trabalho e o contributo, para o desenvolvimento da Psicologia, de especialistas nacionais e estrangeiros. Secções especiais são também dedicadas a revisões e comentários a livros e outras publicações, bem como a informações de carácter geral e a notícias sobre reuniões científicas nacionais e internacionais.

AS MULHERES E A QUALIDADE DE VIDA URBANA(*)

ARZA CHURCHMAN (**)

TECHNION-ISRAEL INSTITUTE OF TECHNOLOGY



O objectivo primordial do planeamento urbano é o de fornecer um ambiente que permita a todo e qualquer indivíduo alcançar um nível de qualidade de vida tão elevado quanto possível. "Qualidade de vida" refere-se ao julgamento subjectivo que um indivíduo faz sobre o grau de satisfação das suas necessidades em vários domínios. O planeamento urbano pode influenciar directamente alguns destes domínios; por exemplo, a qualidade física da zona residencial, a distância aos locais de trabalho, a existência e localização dos serviços, etc. Por intermédio destes, porém, também influencia indirectamente os domínios de vida mais privados. Este artigo examina questões ligadas ao género/sexo, que se levantam quanto ao planeamento em vários domínios relevantes para a qualidade de vida urbana: o ambiente residencial, de trabalho e público, os serviços e comodidades comunitárias. Centra-se particularmente num grupo de mulheres, com necessidades ambientais mais demarcadas, aquelas que têm crianças até aos 14 anos. Algumas das questões mais cruciais são a localização dos serviços, as características da zona habitacional e a natureza dos transportes e de sistemas de circulação.

Do meu ponto de vista, o objectivo primordial do planeamento urbano é proporcionar um tipo de ambiente que permita a todo e qualquer indivíduo da população alcançar o nível mais alto possível de qualidade de vida. Reparem que eu afirmo especificamente que *permite* e não que *dá* ou *proporciona*, uma vez que o conceito de qualidade de vida é complexo.

A expressão "qualidade de vida" é utilizada para designar o juízo subjectivo de um indivíduo sobre o grau em que são satisfeitas as suas necessidades nos vários domínios da vida. Estes vários domínios incluem o grau de auto-realização, a saúde, a vida social e familiar, a habitação, a situação de trabalho, o nível de rendimentos, a segurança pessoal, a qualidade ambiental, a justiça social e igualdade, entre outros.

A qualidade de vida urbana refere-se a este juízo subjectivo no que diz respeito aos aspectos daqueles domínios que se situam, em larga medida, na esfera pública, isto é, que são criados, fornecidos e/ou regulados publicamente ou que são influenciados por decisões públicas. O planeamento urbano pode influenciar directamente apenas alguns destes domínios, por exemplo, a qualidade física do bairro residencial, a distância entre este e o local de trabalho, a existência e localização vários tipos de

serviços e a qualidade ambiental. Por seu intermédio, o planeamento urbano influencia indirectamente, por interacção com outros factores pessoais e sociais, os domínios mais individuais como a vida familiar, as relações pessoais e a auto-realização.

Todavia, a qualidade de vida do indivíduo, ou o seu juízo subjectivo sobre essa qualidade, depende da forma como ele define as suas necessidades, como as relaciona com os recursos do ambiente urbano e como as utiliza.

A qualidade de vida é também um conceito dinâmico. As mudanças que ocorrem nas esferas tecnológica, social, económica e política influenciam e são influenciadas pelas nossas expectativas. Assim, o que era aceitável e até desejável há uns anos atrás pode hoje já não o ser; por exemplo, a nossa atitude actual face a ambientes onde não se pode fumar, ou face à poluição e assim por diante.

Apesar de a qualidade de vida ser um juízo subjectivo, é possível concebê-la em termos mais gerais, de necessidades e interesses partilhados. É claro que para planear e gerir uma cidade não podemos reportar-nos exclusivamente às expectativas e necessidades idiossincráticas de cada um dos seus indivíduos. Porém, a política contrária, frequentemente demasiado adoptada (por opção explícita ou apenas por defeito), segundo a qual a população seria composta por apenas uns tantos, escassos, tipos de pessoas, é igualmente insustentável. Não se pode falar propriamente na Qualidade de Vida; dever-se-á antes falar de Qualidades de Vida, diferenciando agrupamentos de indivíduos com características comuns relevantes para as suas necessidades urbanas.

Algumas características relevantes da população, como o estágio no ciclo de vida, o sexo, o estatuto sócio-económico ou a invalidez, são provavelmente importantes em todas as cidades e países. Outras, tais como a raça, o grupo étnico, a casta, a religião, o estilo de vida, a área de residência e muitas outras, podem ser mais ou menos relevantes em determinados lugares e em determinadas ocasiões.

(*) Uma primeira versão deste artigo constituiu uma comunicação apresentada no XXII Congresso Internacional de Psicologia Aplicada, 22-27 de Julho, 1990, Kyoto, Japão.

(**) Professora catedrática da "Faculty of Architecture and Town Planning", no "Technion-Israel Institute of Technology", Haifa-Israel.

A correspondência sobre este artigo deve ser enviada para: Prof. Arza Churchman "Faculty of Architecture and Town Planning", no "Technion-Israel Institute of Technology", Haifa-Israel.

Tradução: Cristina Guerra; Revisão: M. São Luís F. Castro.

A tese que defendo neste artigo é a de que uma das características que deveria ser considerada separadamente é o género (sexual); por isso, concentrar-me-ei nas necessidades especiais das mulheres. Não me refiro ao sexo, enquanto diferenças biológicas entre seres masculinos e femininos; refiro-me sim ao género, enquanto diferenças de comportamento e atitudes determinadas culturalmente, que as sociedades associam a seres masculinos e femininos.

Podemos distinguir factores que diferenciam as mulheres entre si e factores que são comuns a todas as mulheres.

Os factores que podem diferenciar as mulheres entre si são:

- . Estatuto Socio-Económico;
- . Estádio do ciclo de vida e idade;
- . Tamanho da família;
- . Personalidade;
- . Cultura;
- . Condição familiar;
- . Saúde;
- . Valores;
- . Religião;
- . Talentos.

Os factores comuns a todas as mulheres são:

- . Capacidade de ficar grávida e de ter filhos;
- . Definição social do seu papel como associado à casa;
- . Normas de comportamento definidas pelo género/sexo;
- . Atitudes sociais face às mulheres enquanto grupo;
- . Oportunidade de serem vítimas de violência.

Dou-me conta de que esta lista parece aceitar a actual situação como norma, e que ela pode ser vista como uma abordagem conservadora que aceita o *status quo* e talvez ajude a perpetuá-lo. Há quem argumente contra a aceitação destas normas e papéis sexuais definidos socialmente. A minha posição valorativa a este propósito é que: primeiro, não tenho o direito de decidir pelas outras mulheres se elas deveriam ou não aceitar estes papéis; e, segundo, é impossível ignorar as actuais necessidades destas mulheres e sacrificá-las em nome de um distante, glorioso futuro.

Em alguns aspectos, as mulheres podem ter necessidades ambientais em comum com os homens que se encontrem nas mesmas circunstâncias. Por exemplo, pais solteiros, mulheres ou homens, têm problemas semelhantes. Todavia, alguns dos seus problemas estarão também especificamente relacionados com as definições sociais dos papéis sexuais, que possivelmente colocarão o homem face a novas responsabilidades na casa, e a mulher face a novas responsabilidades no mercado de trabalho.

Campbell, Converse e Rodgers (1976), baseando-se num estudo em larga escala sobre a qualidade de vida na América, chegaram à conclusão de que:

"(...) Em grande medida, as mulheres e os homens crescem em diferentes culturas, desenvolvem diferentes expectativas, aprendem diferentes papéis e levam vidas diferentes" p. 27.

Isto tem certamente implicações para as suas necessidades ambientais.

Observemos agora os domínios ambientais que são relevantes para a qualidade de vida e que o planeamento urbano pode influenciar.

Os domínios ambientais que compõem a qualidade de vida urbana são: 1) o Ambiente Residencial — casa e vizinhança; 2) o Ambiente de Trabalho; 3) O Ambiente Público e Serviços Comunitários — transportes e circulação, educação, saúde, comércio, cultura, divertimentos, religião, comunicação, apoio social, polícia, protecção contra incêndios, saneamento, sistema judicial e administração municipal.

Cada um destes domínios e suas subdivisões é julgado de acordo com critérios de avaliação que servem para determinar o juízo subjectivo da qualidade de vida. Estes critérios de avaliação são: disponibilidade, qualidade, variedade, acessibilidade e relação custo/benefício; segurança e protecção, condições de qualidade ambiental (ar, água, resíduos sólidos, poluição sonora); qualidade estética e conservação; aspectos interpessoais (falta de espaço e sobre-povoamento, privacidade, contactos sociais); controle, escolha e igualdade de oportunidades.

Em cada um dos domínios referidos, é necessário proporcionar uma variedade de oportunidades. A natureza da variedade requerida depende do contexto e domínio particulares, e dos grupos populacionais relevantes para esse contexto. Há porém que garantir que cada indivíduo, ou grupo, tenha a liberdade de escolher entre alternativas.

Parte do problema que se coloca às mulheres é que o tipo de variedade que lhes poderia proporcionar alternativas adequadas não existe, e parte ainda desse problema reside na sua incapacidade para escolher de entre as oportunidades que se lhe vão oferecendo. A igualdade de oportunidades pode ser negada à mulher através da discriminação, em que não lhe são oferecidos determinados tipos de cargos ou empregos, ou quando há normas sociais que determinam onde lhe é permitido ir, ou se ela pode ou não fazê-lo sozinha.

O meu objectivo é analisar os domínios ambientais no que se refere às suas implicações particulares para as mulheres. No entanto, não posso considerar que todas as mulheres têm necessidades semelhantes, e por isso centrar-me-ei num grupo particular de mulheres — o grupo com o conjunto de necessidades ambientais mais claramente delineado: mulheres com crianças de idades até aos 14 anos (que em Israel constituem 13% da população).

Uma diferença essencial entre homens e mulheres neste estágio particular do ciclo de vida está no nível de responsabilidade para com as crianças e a casa. Independentemente de a mulher se encontrar ou não num emprego vantajoso, é ela quem assume esta responsabilidade quase completamente sozinha e isso é geralmente aceite como óbvio e "natural".

Todos os estudos recentes no mundo ocidental mostram que mesmo que a mulher venha partilhando cada vez mais a responsabilidade de sustentar a família, não tem havido uma mudança real quanto à sua responsabilidade exclusiva de cuidar da casa e das crianças. Ela pode ocupar menos tempo nas tarefas domésticas (embora até sobre este aspecto haja ainda alguma discussão), e o homem pode ocupar um pouco mais de tempo na realização dessas tarefas. Mas a diferença é ainda grande, e a responsabilidade é ainda da mulher.

Assim, e para este grupo particular, quais os domínios ambientais que requerem um tratamento diferencial em relação ao género sexual?

Apesar de os ambientes de casa e do trabalho serem muito relevantes, como não estão no campo de acção do planeamento urbano, não vou discuti-los aqui. Os únicos sistemas que se podem considerar gerais são os de protecção contra incêndios e serviços de saneamento (talvez porque estes são serviços que vêm directamente até nós, e não nós que os procuramos).

Em todos os outros sistemas há necessidades ambientais especiais no grupo de mulheres que estou a considerar. Estas necessidades especiais têm implicações em todos os casos: 1) para a localização dos serviços, em termos da sua distância relativamente à casa, ao local de trabalho e outros serviços, e em termos da sua acessibilidade; 2) para o horário de funcionamento; e 3) para a possibilidade e facilidade da sua utilização com crianças.

O aspecto da localização dos serviços é crucial, uma vez que a mobilidade das mulheres deste grupo é mais restrita do que a dos homens, e isto por várias razões:

- 1) Primeiro, porque elas estão ocupadas em cuidar da casa e das crianças ou porque têm de estar em casa em determinadas ocasiões, antes ou depois de as crianças irem para a escola, ou para a prestação de outros cuidados;

- 2) Segundo, as mulheres estão provavelmente acompanhadas pelas crianças, e assim mais limitadas na sua capacidade de se deslocar ou de utilizar determinados serviços;
- 3) Terceiro, estão mais dependentes dos transportes públicos que os homens;
- 4) Finalmente, as mulheres restringem as horas a que saem, e os lugares onde vão, para diminuir a possibilidade de serem vítimas de violência.

Muitos dos aspectos a que me referirei são particularmente importantes para as mulheres que trabalham também fora de casa. É um facto que o número e percentagem de mulheres que participam na força de trabalho aumentou consideravelmente nos últimos tempos, e continua a aumentar (a percentagem nos Estados Unidos é actualmente de cerca de 60% e em Israel de cerca de 44%). O quadro 1 indica que este fenómeno ocorre em Israel em todas as classes e que muitas mulheres com crianças fazem parte da força de trabalho.

Muitas das mulheres que participam na força de trabalho fazem-no porque elas próprias e as suas famílias precisam do dinheiro para a sua vida diária. As mulheres não trabalham para alguns "extras" ou só para a auto-realização (embora não me parecesse terrível se assim fosse). As características do trabalho das mulheres, derivadas do seu papel duplo ou triplo de trabalhadora e mãe... são muitas vezes o trabalho em "part-time" ou o trabalho perto de casa; e isto

Quadro 1 - Mulheres judias não-solteiras com idade superior a 15 anos e a trabalhar fora de casa, por número de crianças no agregado familiar, idade da criança mais jovem, idade da mulher, local de nascimento, escolaridade e recurso a empregado doméstico.

	IDADE DA CRIANÇA MAIS JOVEM				Nº DE CRIANÇAS				TOTAL		
	10-14	5-9	2-4	0-1	4+	3	2	1	Com Crianças	Sem Crianças	TOTAL
MILHARES											
TOTAL	97.1	113.2	122.3	130.7	51.7	99.6	160.9	151.1	463.2	495.4	958.7
Constituindo a força de trabalho	66.0	74.9	76.0	63.0	20.3	56.9	104.0	98.6	279.8	158.7	438.6
TOTAL	68.1	66.2	62.1	48.2	39.2	57.1	64.7	65.3	60.4	32.0	45.8
Idade da Mulher											
15-34	65.6	64.5	63.7	47.7	38.2	52.0	61.4	61.2	56.3	72.6	58.8
35-44	75.3	68.6	59.5	50.4	40.6	63.7	70.4	74.1	66.3	72.1	67.1
>45	56.1	53.7	(39.5)	53.0	57.3	55.3	25.3	28.1
Continente/Local de Nascimento											
Israel	75.3	69.4	64.2	49.7	40.4	57.7	65.7	67.5	61.7	59.7	61.2
Ásia/África	53.6	53.8	54.0	41.5	33.5	52.9	56.1	53.8	51.6	24.3	36.1
Europa/América	79.9	76.1	65.8	48.8	47.7	62.8	72.5	74.0	69.3	26.8	37.7
Anos de Escolaridade											
0-8	40.0	32.0	28.1	18.6	20.7	30.7	37.6	40.1	34.5	14.6	19.1
9-12	70.9	62.7	57.0	40.9	31.6	52.3	59.5	62.3	56.2	39.7	49.3
>13	89.2	84.3	78.7	63.0	57.4	75.2	80.0	81.6	76.8	59.9	70.6
Ajuda de Empregado Doméstico (Horas por semana)											
1-15 85.8	81.5	81.4	56.0	57.1	68.0	82.6	84.2	78.1	37.3	56.5	
>16	95.0	89.9	93.9	94.2	92.0	92.1	92.6	(28.9)	83.3
Sem ajudado doméstica	65.0	62.7	58.4	43.0	35.5	53.6	60.5	61.7	56.5	31.3	43.2

limita a sua oportunidade de escolher um trabalho que esteja adaptado às suas capacidades, ou de progredir no emprego.

Em termos de sistemas urbanos específicos, os aspectos que a literatura especializada tem assinalado são os que se seguem.

(1) - *A vizinhança*: o tipo de casas e a densidade de construção; a natureza dos espaços abertos e o seu nível de iluminação; em que medida o ambiente é apropriado para a actividade de crianças e jovens; a rede rodoviária e as suas implicações quanto à segurança e acessibilidade.

Grande parte da investigação mostrou que ambientes residenciais caracterizados pela existência de casas unifamiliares relativamente afastadas umas das outras (uma baixa densidade de construção), caracterizados ainda por uma separação estrita entre os vários tipos de utilização do terreno - tal que em toda uma área só há casas -, pela falta de transportes públicos e pela relativa escassez de espaços de encontro público e centros culturais, não são os mais positivos para as mulheres. Porque? Porque estes ambientes fazem com que lhe seja muito difícil integrar o mundo de trabalho. A mulher não pode encontrar um trabalho apropriado perto de casa; não pode ir facilmente para o emprego sem carro; tem que passar grande parte do tempo a conduzir as crianças para várias actividades e deslocar-se até aos vários tipos de serviços necessários a si e à sua família, pois estes estão longe de casa.

Este tipo de divisão do espaço reflecte e influencia a divisão sexual do trabalho, o papel da mulher na família e a separação da vida doméstica em relação ao emprego; reflecte a expectativa e o ideal de que as mulheres ficam em casa para tomar conta do lar e das crianças, enquanto os homens saem e ganham dinheiro para as sustentar. O problema é que esta situação já não é a norma, nem é necessariamente ideal.

Além disto, a investigação demonstrou que tal ambiente residencial não é sequer apropriado para a mulher "tradicional". Este ambiente isola a mulher em sua casa, com poucas oportunidades de estabelecer contactos sociais e actividades culturais ou recreativas.

Uma conclusão comum é a de que um ambiente residencial mais urbanizado, com maior densidade de construção, utilização mista dos terrenos, transportes públicos e outros serviços variados constitui um ambiente mais favorável para as mulheres em geral e para as que trabalham em particular.

(2) - *Sistemas de transporte e circulação*: Aspectos importantes são a existência ou não de transportes públicos, os seus percursos e horários, o tipo de comboios e autocarros utilizados e o grau de segurança nas suas estações ou paragens.

A investigação mostrou que as mulheres estão mais dependentes dos transportes públicos do que os homens, e que em famílias nas quais existe um único carro é geralmente o marido quem o utiliza.

A combinação das exigências feitas à mulher em casa e no trabalho, juntamente com a sua dependência dos transportes públicos, faz do tempo um problema crítico. Este problema pode no entanto ser aliviado se os serviços indispensáveis, como os centros de cuidados infantis e de saúde, se encontrarem perto de casa ou do trabalho ou concentrados num local conveniente.

Também é sabido que os padrões de deslocação das mulheres são diferentes dos homens — elas deslocam-se em diferentes ocasiões (porque estão condicionadas pelas horas de

abertura e de encerramento dos serviços que cuidam das suas crianças). É também mais provável que as mulheres se desloquem acompanhadas, geralmente por crianças, do que sózinhas; e para um maior número de locais, numa única viagem, do que os homens. Apesar de tudo isto, os modelos de planeamento dos transportes não distinguem mulheres e homens e assumem que as suas regras servem a todos igualmente.

Para as mulheres que têm carro há a questão da segurança nos locais de estacionamento e suas redondezas, e para as mulheres que se deslocam a pé a questão da iluminação e outras maneiras de promover a sua segurança.

(3) - *O sistema de saúde*, que deveria fornecer serviços de planeamento familiar incluindo clínicas onde seja praticado o aborto.

(4) - *O sistema educacional*, que deveria incluir um número suficiente de diferentes tipos de centros de cuidados infantis de alta qualidade.

Existem, ao que parece, grandes diferenças entre os países quanto ao grau em que isto é, ou não, um problema. Infelizmente não é fácil encontrar dados sobre esta questão; o que por si só indica duas coisas: por um lado, que esta questão não é considerada suficientemente importante para que se faça um esforço de compilação dos dados; por outro, que a organização dos serviços não é suficiente para que seja fácil a recolha de dados.

Em termos da informação que pude encontrar sobre Israel e os Estados Unidos, a situação é como se segue: Em Israel, enquanto 62% das mães com crianças de idades entre os 2 e os 4 anos trabalham fora de casa, apenas 31% das crianças com 2 anos, e 19% das crianças com 3 anos estão em creches durante todo o dia. Isto significa que as outras crianças se encontram no jardim infantil a tempo parcial, o que limita seriamente as opções de emprego das mães. Ainda em Israel, 74% das crianças de 2 anos estão em algum tipo de centro e a partir dos 3 anos praticamente todas as crianças estão num jardim infantil (Estatísticas de 1988, Quadro 2). Nos E.U.A. não há dados disponíveis a nível nacional sobre os locais em que se prestam cuidados infantis precoces, e este tipo de serviços é muito limitado. Segundo informações do Departamento de Educação 66% das crianças de 3-4 anos e praticamente todas as crianças de 5 anos estão integradas em algum tipo de programa de grupo (Kahn & Kaneman, 1987; Estatísticas de 1984).

(5) - *O Sistema Recreativo*, que deveria ser tal que os espaços abertos atribuídos às várias actividades de diversão ofereçam segurança às mulheres; isto requer formas específicas de "design" e iluminação.

(6) - *O Sistema de Assistência Social*, que deveria fornecer serviços de apoio e protecção a mulheres maltratadas e centros de crise para mulheres vítimas de violação.

No que diz respeito à *Polícia*, ao *Sistema Judicial* e à *Administração Municipal*, a questão é mais educacional, no sentido de que estas instituições deveriam ser sensíveis aos interesses e problemas particulares das mulheres.

A necessidade de uma perspectiva diferenciadora, que aborde grupos mais específicos na suas situações particulares (ainda dentro deste grupo de mulheres) aparece consubstanciada nos resultados de um estudo muito recente de Hila Ben Dori (1990). Ela estudou as implicações de um novo tipo de

Quadro 2 - Taxa de inscrição em Instituições Educacionais. Crianças no Jardim Escola (1) por idade e origem da criança (Educação hebraica).

	1988/89(2)		1976/77		1972/73	
	Originárias da Ásia/África	TOTAL	Originárias da Ásia/África	TOTAL	Originárias da Ásia/África	TOTAL
Números Absolutos						
2 ANOS - TOTAL	11.5	56.3	12.2	34.4		
Em: Creche	6.4	23.6	4.7	9.5		
Jardim - escola público	8.7	33.3	5.3	12.9		
Jardim - escola privado	2.8	23.0	6.9	21.5		
3 ANOS - TOTAL	16.4	72.7	24.7	57.1	23.1	47.4
Em: Creche	3.6	14.300	4.3	7.9		
Jardim - escola público	14.3	56.4	15.4	29.1	16.5	26.4
Jardim - escola privado	2.1	16.3	9.3	28.0	6.6	20.9
4 ANOS - TOTAL	18.1	73.3	29.9	62.4	27.8	51.2
Em: Jardim - escola público	18.1	70.7	27.1	54.3	21.4	38.3
Jardim - escola privado	—	2.6	2.8	8.1	6.4	12.9
5 ANOS (3)	18.6	71.3	31.3	63.8	28.3	50.2
Valores por cada 1.000 no grupo respectivo da população judia						
2 ANOS - TOTAL	674	745	389	490		
Em: Creche	377	312	150	135		
Jardim - escola público	511	441	170	183		
Jardim - escola privado	163	304	219	307		
3 ANOS - TOTAL	927	961	798	856	732	811
Em: Creche	201	189	138	118		
Jardim - escola público	807	746	497	436	522	452
Jardim - escola privado	121	215	301	420	210	359
4 ANOS - TOTAL	971	985	945	960	900	912
Em: Jardim - escola público	971	949	855	835	693	683
Jardim - escola privado	—	35	90	125	207	229

(1) Incluindo creches (ver introdução)

(2) Entre a população não-judia frequentaram o jardim-escola nos anos de 1988/89: cerca de 25% de crianças de 3 anos, 53% de crianças com 4 anos e cerca de 95% (estimativa) de crianças de 5 anos: todos juntos perfazem cerca de 40.400 crianças.

(3) A maioria destas crianças frequenta jardins-escola públicos/municipais.

urbanização, com muitas das características do subúrbio tradicional (casas unifamiliares, baixa densidade de construção, inexistência de transportes públicos, zonas com funções únicas), mas em pequena escala (apenas 40 famílias por urbanização) e com selecção cuidadosa de potenciais residentes.

A amostra representou uma população muito especial, característica deste tipo de bairro residencial: A idade média e mediana foi de 37 anos; 80% das mulheres tinham mais de 13 anos de escolaridade e 78% nasceram em Israel; 96% das mulheres tinham empregos remunerados, 50% a tempo inteiro e 50% em "part time"; 99% das famílias tinha pelo menos um carro (este valor é mais elevado do que o verificado no mais alto decil em Israel, que é de 78%; da totalidade da população de

Israel apenas 43% das famílias tinham um carro em 1986/87); 40% tinham 2 carros, e 37% eram situações nas quais o único carro era habitualmente utilizado pela mulher. Era maior o número de homens que dispunha de transportes organizados para o local de trabalho.

As mulheres saíam para trabalhar, em média, cerca de uma hora mais tarde que os homens, e chegavam a casa, em média, 3 horas mais cedo. As mulheres demoravam, em média, 20 minutos a chegar ao local de trabalho enquanto os homens demoravam 40 minutos; 21% das mulheres e 8% dos homens estavam a trabalhar menos do que gostariam; 68% das mães levavam as crianças ao médico; em 31% das famílias, essa tarefa era desempenhada pelo pai ou pela mãe. A tarefa de ir às compras cabia à mulher em 49% dos casos, ao homem em 16%,

enquanto nos restantes 20% se alternava entre os dois.

Vemos que, relativamente às características de emprego e da divisão do trabalho em casa, estas famílias são muito semelhantes às descritas na literatura sobre este assunto. No entanto, 96% dos adultos estavam satisfeitos com a sua situação residencial no aldeamento.

Porque é que estes resultados diferem dos que têm sido encontrados a propósito da vida nos subúrbios?

- 1 - Todos os elementos adultos da amostra disseram que tinham querido mudar para este tipo de aldeamento (ao passo que nos subúrbios eram mais os homens do que as mulheres a desejarem a mudança);
- 2 - Os serviços essenciais, como creches e jardins-escolas, existem no aldeamento e funcionam durante muitas horas;
- 3 - A existência de autocarros que conduzem as crianças à escola e a actividades extra-curriculares dispensa a necessidade de as conduzir pessoalmente a estes locais;
- 4 - Há uma grande quantidade de interacções de ajuda informal entre as famílias e boas relações de vizinhança.

Em conclusão, dos pontos que referi é possível extrair algumas implicações para um melhor planeamento:

- 1) Uma maior variedade na utilização dos terrenos;
- 2) A conjugação de zonas residenciais e de serviços;
- 3) Melhores transportes públicos, com um sistema rodoviário que una todos os pontos da cidade, em vez de ligar apenas os arredores ao centro, e que permita às pessoas mudarem de direcção nas suas viagens sem terem de pagar cada uma das deslocações;
- 4) Localização dos serviços próximo das vias dos transportes públicos e vice-versa;
- 5) Flexibilidade nos horários de trabalho;
- 6) Funcionamento dos serviços para além do horário normal;
- 7) O envolvimento das mulheres no processo de tomada de decisão, de tal forma que as suas necessidades sejam consideradas e atendidas. A situação actual, em que a maioria das decisões políticas e profissionais é tomada por homens, não permite alcançar o objectivo de facilitar e promover a qualidade de vida das mulheres. Não porque os homens sejam malevolentes ou porque não tentem dar o seu melhor; mas porque eles não têm conhecimento de todos os aspectos da vida das mulheres que devem ser tomados em consideração, e apenas os podem conhecer em teoria, sem de facto os vivenciarem.

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

- Ben-Dori, H. (1990). *Behavior patterns and attitudes of community settlement residents: Gush Segev, Galilee*. Haifa, Israel: Technion. Tese de Mestrado.
- Campbell, A., Converse, C. & Rodgers, W. (1976). *The quality of American life*. N. Y.: Russell Sage Foundation.
- Christensen, K. (1988). *Women and home-based work*. N. Y.: Henry Holt.
- Churchman, A. (1983). *The dynamics of urban population—coping*

- with changing needs. Background paper prepared for the Fourth Jerusalem Conference of Mayors, May.
- Davidovici-Marton, R. (1985). *Urban housing and the employment of women: the relationship between the characteristics of the neighborhood and the activity of women outside the home*. Israel: Haifa. Technion, Tese de Mestrado.
- Degani, R. (1988). *Evaluation of the willingness to pay for residential qualities in the metropolitan edge*. Israel: Haifa, Technion, Tese de Licenciatura.
- Fox, M. (1983). Working women travel. *APA Journal*, Spring, 156-170.
- Fox, M. (1985). Access to workplaces for women: new community designs in the USA. *Ekistics*, 310, Jan.-Feb., 69-76.
- Franck, K. (1985). The social construction of the physical environment: the case of gender. *Sociological Focus*, 18 (2), 143-160.
- Hayden, D. (1980). What would a non-sexist city be like? In C. Stimpson, E. Dixler, M. Nelson & K. Yatrakis (Eds.) *Women and the American City*. Chicago: University of Chicago Press.
- Kahn, A. & Yoder, J. (1989). The psychology of women and conservatism: rediscovering social change. *Psychology of Women Quarterly*, 13 (4), 417-432.
- McDowell, L. (1983). Towards an understanding of the gender division of urban space. *Environment & Planning D: Society and Space*, 1, 59-72.
- Markusen, A. (1980). City spatial structure, women's household work and national urban policy. *Sings: Journal of Women in Culture and Society*, 5, (3 suppl), 523-544.
- Michelson, W. (1983). *The impact of changing women's roles on transportation needs and usage*. U. S. Dept. of Transportation. Washington. D. C. DOT-1-85-01.
- Pickup, L. (1984). Women's gender-role and its influence on travel behavior. *Built Environment*, 10(1), 61-68.
- Saegert, S. (1985). The androgenous city: from critique to practice. *Sociological Focus*, 18(2), 161-176.
- Saegert, S. & Winkel, G. (1980). The home: a critical problem for changing sex roles. In G. Wekerle, R. Peterson & D. Morley (Eds.), *New space for women*. Boulder Colorado: Westview.
- Wekerle, G. (1980). Women in the urban environment. In C. Stimpson, E. Dixler, M. Nelson & K. Yatrakis (Eds.) *Women and the American City*. Chicago: University of Chicago Press.

ABSTRACT

WOMEN AND URBAN QUALITY OF LIFE

The basic and ultimate goal of all urban planning is to provide the kind of environment that allows each every individual to achieve as high a level as possible of quality of life. "Quality of life" denotes the subjective judgment by an individual as to the degree to which her or his needs in the various domains of life are met. Urban planning can directly influence some of these domains; for example, the physical quality of the residential neighborhood, the distance to places of work, the existence and location of services, etc. Through these actions, however, it also indirectly influences the more personal domains of life.

This paper examines the gender-specific issues that arise with regard to planning activities in the various environmental domains that are the components of urban quality of life: the residential environment, the work environment, the public environment and community services and amenities. The focus is on one particular group of women — those with the most clear cut set of environmental needs — women with children up to the age of 14. Some of the most crucial issues are the location of services, the

character of the neighborhood and the nature of the transportation and circulation systems.

RÉSUMÉ

LES FEMMES ET LA QUALITÉ DE LA VIE URBAINE

Le principal objectif de la planification urbaine c'est celui de fournir un environnement qui permet à tout individu d'atteindre un niveau de qualité de vie assez élevé que possible. La

"qualité de vie" se rapporte au jugement subjectif que chaque individu fait sur le degré de satisfaction de ses besoins. La planification urbaine peut influencer directement des domaines tels que la qualité physique de zone résidentielle, la distance entre le domicile et le travail, l'existence et localisation des services, etc., ainsi que, indirectement, d'autres de caractère plus privé. Cet article examine surtout des questions liées au sexe (genre) et se centre particulièrement sur un groupe de femmes qui ont plus de besoins environnementaux, celles qui ont des enfants avec moins de 14 ans et dont la localisation des services, les caractéristiques résidentielles et les moyens de transport, prennent une importance cruciale.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina - Set. de 1991, vol. XXXVII, nº 3; Dezembro de 1991, vol. XXXVII, nº 4.
- American Psychologist, vol. 47, nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6, 1992.
- Annual Report, 1991-1992. The British Psychological Society
- Anne-Dominique Grange - L'emprise militaire: Un psy dans l'année. Hommes et Perspectives/Le Journal des Psychologues. Marseille, 1991.
- António Nóvoa, Bártolo Campos, J. Pedro Ponte e M. E. Brederode dos Santos - Ciências da educação e mudança. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Porto 1991.
- Apuntes de educación, nº 1, 1992.
- Armand Touati - Créativités. Conditions, processus, impacts. Hommes et Perspectives/Le Journal des Psychologues. Marseille, 1992.
- Boletim do Instituto de Apoio à Criança, nºs 17 e 18, 1992.
- Colette Duflet - Des marionnettes pour le dire.... Hommes et Perspectives/Le Journal des Psychologues. Marseille, 1992.
- Educational and Psychological Interactions, nºs 111 e 112, 1992.
- Fontes Unesco, nºs 33 a 39, 1992.
- Guia del Psicólogo, Colegio Oficial de Psicólogos, Madrid, nºs 101 e 102, 1992.
- Hospitalidade, Ano 56, nºs 218 e 219, 1992.
- Informació Psicològica, nº 48, 1992.
- International Psychologist, vol. XXXIII, nºs 1 e 2, 1992.
- La educación - Revista Interamericana de Desarrollo educativo, nº 107, 1990 - III, ano XXXIV.
- Le Journal des Psychologues, nºs 93, 94, 95, 96, 97 e 98, 1992.
- Maria do Céu Taveira, Conceição Nogueira e Artur Mesquita - Orientar para o ensino superior. Porto Editora, Porto, 1992.
- Motricidade Humana, vol. 5, nº 2, Julho-Dezembro, 1989.
- Noesis, nºs 22 e 23, 1992.
- O Médico, nºs 2054 a 2071, vol. 126, ano 43, 1992.
- Orlando M. Lourenço - Psicologia do desenvolvimento moral. Livraria Almeida, Coimbra, 1992.
- Papeles del Psicólogo, nº 52, 1992.
- Psicologia: Teoria e Pesquisa, vol. 7, nº 3, 1991 e vol. 8, nº 1, 1992.
- Quinesia, Revista de Educación Especial, nº 14, Fevereiro, 1992.
- Recull Informatiu, nº 11, 1992 - Col·legi Oficial de Psicòlegs - País Valencià.
- Revista de Psicologia. Dep. de Psicologia, Facultad de Ciencias Humanas, Univ. Nacional de Colombia, vol. XXVI, nº 1, 1991.
- Revista Latino Americana de Psicologia, vol. 24, nºs 1 e 2, 1992.
- Salud Mental, Ano 15, nº 1, 1992.
- Saúde e Escola, nº 8, Dezembro de 1991.
- Temas - Teoria e Prática do Psiquiatra, vol. 20, nº 38, 1990.
- The Psychologist, vol 5, nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, e 7, 1992.

FREUD E PIAGET

Afectividade e Inteligência

José H. Barros de Oliveira

Piaget foi o primeiro a confrontar a sua teoria com a de Freud, abordando principalmente a relação entre a cognição e a emoção. Na sequência desta aproximação, outros autores procuraram fazer convergir o pensamento destes dois grandes expoentes da Psicologia. Esta obra dá conta das tentativas realizadas nesse sentido.

116 págs, 21 x 15 cm, com um prefácio do Prof. Óscar Gonçalves.
Pedidos a: Jornal de Psicologia, Rua das Taipas, 76 - 4000 PORTO,
juntando cheque ou vale no valor de 600\$00 (porte incluído).

MEDIDAS DE CATEGORIZAÇÃO: FREQUÊNCIA DE PRODUÇÃO E DE TIPICIDADE (*)

AMÂNCIO DA COSTA PINTO (**)

UNIVERSIDADE DO PORTO

Este artigo constitui um resumo de uma investigação efectuada sobre medidas de frequência de produção e de tipicidade e que se encontra disponível sob a forma de relato técnico com uma extensão de 70 páginas A4. A medida de frequência de produção foi determinada para 46 categorias incluídas no estudo de Battig e Montague (1969). Os participantes foram 316 estudantes do ensino médio e superior, tendo por tarefa redigir o maior número de exemplares da categoria em 30 segundos. A medida de tipicidade foi obtida com 22 categorias, seleccionando-se 20 exemplares de cada para ordenação, tendo participado 188 estudantes universitários. Os coeficientes de correlação entre as duas medidas nas 22 categorias comuns foram significativos ao nível de $p < 0,001$. A medida de frequência de produção de exemplares revelou-se de validade significativa em oito categorias que são comuns a um estudo de âmbito nacional realizado por linguistas (Nascimento, Rivenc & Cruz, 1987). Uma análise inter-cultural com o estudo de Battig e Montague (1969) revelou ainda que 85% das categorias comuns apresentaram dois ou mais exemplares diferentes nas primeiras seis posições.

ESTUDOS PSICOLÓGICOS SOBRE CATEGORIZAÇÃO

A categorização é uma actividade cognitiva fundamental. Representa uma função essencial nos processos de memória, linguagem, raciocínio e resolução de problemas. É uma actividade que ocorre sempre que dois ou mais objectos, seres ou acontecimentos diferentes são agrupados devido a uma certa semelhança ou parecença entre si. Isto acontece por exemplo quando as pessoas organizam o espectro luminoso em "cores" ou as substâncias alimentares em "frutos", "legumes", "carne" ou "bebidas". Através do estabelecimento de categorias ou conceitos o ser humano organiza e representa o conhecimento da realidade. De facto o nosso conhecimento do mundo e a nossa habilidade para formar categorias apresentam-se intimamente associados.

A categorização baseia-se em informação do mundo

real, que o aparelho cognitivo humano é levado a responder. O sistema cognitivo evoluiu ao longo de milhares de anos de forma a enfrentar com eficácia o meio ambiente e neste sentido os seres humanos agruparam em categorias entidades que pareciam similares em função quer do próprio aparelho perceptivo, quer a partir de comportamentos e acções comuns a realizar ou até mesmo de ambos os aspectos. A classificação de seres e objectos de conhecimento geral, como "aves", "legumes" e "cores", depende em grau elevado de propriedades perceptivas. Outras categorias, nomeadamente artefactos, como "mobiliário" e "utensílios de cozinha" têm características funcionais elevadas envolvendo comportamentos similares. O que parece similar não é de facto um caso arbitrário.

A categorização (ou a classificação) é um instrumento importante pelo qual os indivíduos organizam o mundo à sua volta a fim de resolverem certos problemas e atingirem objectivos considerados importantes. Segundo Collins e Quillian (1969), uma das principais funções das categorias ou conceitos é a "promoção da economia cognitiva". Isto significa que uma pessoa divide o mundo em classes de seres e objectos de forma a diminuir a quantidade de informação que tem de aprender, perceber, recordar e reconhecer.

O ser humano é capaz de tudo classificar, desde animais a emoções, seres concretos a seres abstractos. A categorização é portanto um poderoso meio de identificação e classificação de novos objectos, ao facilitar a respectiva inclusão em categorias já conhecidas. Assim a categorização reduz a necessidade de aprendizagens constantes, guiando o pensamento para actividades superiores.

Categorizar permite ainda ordenar e relacionar classes de objectos e acontecimentos. "Canário" é uma categoria, mas

canário é também membro de uma categoria mais vasta, a de "aves", e *aves* é membro da categoria de "animais", que por sua vez é também membro da categoria de "seres vivos". As quatro categorias estão ordenadas hierarquicamente em termos de subordinação de classes.

As categorias apresentam graus de complexidade crescente. Há um tipo de categorias simples, que têm por função agrupar sob um conceito comum entidades diferentes. Entre estas contam-se: Categorias naturais (p. ex., aves ou frutos); Acontecimentos (p. ex., acidentes, jogos); Artefactos (p. ex., mobiliário ou edifícios) e categorias de natureza predominantemente abstracta como "quadrado", "avô", "gene" e "democracia".

Há ainda um tipo de categorias que apresentam uma organização bastante mais complexa e que inclui grandes agrupamentos de conceitos que são usados em tarefas cognitivas de grande complexidade. Entre estas contam-se (1) categorias relacionais como "bater" e "vender", que envolvem um agente, um instrumento e um objecto; (2) categorias compostas, por ex., "camisa azul às riscas", "corrida de cavalos", "vias marítimas"; (3) Esquemas de acção como "ida a um restaurante", "consulta de um profissional de saúde", "mudança de um pneu".

MODELOS DE CATEGORIZAÇÃO

A categorização é uma área privilegiada para o estudo da representação do conhecimento humano, tendo-se tornado um centro importante de interdisciplinaridade devido às contribuições conjuntas da psicologia, antropologia, filosofia e neuro-fisiologia. Apesar de ser uma área onde existiu uma forte tradição filosófica que remonta a Platão e Aristóteles, a contribuição das várias ciências cognitivas tem revelado importantes perspectivas de progresso nestas últimas décadas e mais importante ainda as perspectivas de progresso parecem atraentes (e.g., Gardner, 1985, p. 358; Eysenck e Keane, 1990, p. 293).

No que se refere à psicologia cognitiva, grande parte do progresso obtido foi o resultado da formulação, validação e rejeição de vários modelos sobre a forma como as categorias estariam organizadas e estruturadas. Nos anos 50 e 60 o modelo de categorização por excelência foi o modelo de atributos definidores, também conhecido por modelo clássico.

O modelo clássico defende que todos os exemplares de uma categoria partilham entre si propriedades comuns, que são consideradas condições necessárias e suficientes para a definição da categoria. O conjunto das propriedades é considerada uma condição necessária para que um item seja considerado como um exemplar de uma categoria. Ao possuírem os mesmos atributos comuns, os membros da categoria são igualmente representativos. Por ex., "ave" é um animal com o corpo coberto de (1) penas, (2) voa, (3) e tem duas asas e duas pernas. Neste modelo está claramente demarcado o que constitui ou não um exemplar de uma categoria, de forma que as categorias apresentam fronteiras claramente definidas. Quando as categorias se organizam numa hierarquia, as categorias mais específicas incluem todos os atributos das categorias mais gerais. Assim a categoria "canário" incluiria todos os atributos definidores da categoria mais geral "ave".

Os estudos imaginativos realizados por Rosch e colabo-

radores nos anos 70 (Rosch, 1975; Rosch & Mervis, 1975; Rosch & Lloyd, 1978) puseram em causa os princípios centrais da organização das categorias segundo o modelo clássico. De facto provou-se que os exemplares de uma categoria não tinham todos o mesmo estatuto. Por ex., *canário* é um exemplar mais típico de "ave" do que *pinguim* ou *avestruz*. Provou-se ainda que as categorias tinham fronteiras imprecisas e mal-delimitadas a ponto de alguns exemplares "saltarem" frequentemente de categoria para categoria. É o que se verifica às vezes em estudos de categorização em que o exemplar *tomate* é às vezes considerado "legume", outras vezes "fruto"; O mesmo sucede com *morcego* no que se refere a "aves" e "mamíferos".

O modelo de protótipo sustenta que as categorias são organizadas à volta do melhor exemplar (protótipo) ou então em torno de um pequeno conjunto dos melhores exemplares da categoria. A inclusão de um item numa categoria seria feita em função da proximidade com os melhores exemplares da categoria (e.g., Brooks, 1978; Hintzman & Ludlum, 1980; Medin & Shaffer, 1978). Por ex., o protótipo de mobiliário poderia ser "cadeira" (ou "cadeira, mesa e cama"). Esta versão rejeita a perspectiva de que os conceitos são formados a partir de abstrações; antes defende que os exemplares individuais representam a centralidade da categoria.

O modelo de protótipo obteve importantes apoios experimentais, tornando-se no principal modelo de categorização desde meados dos anos 70 a meados dos anos 80.

Investigações recentes, efectuadas no âmbito de conceitos combinados e de esquemas de acção, têm-se aproximado da perspectiva inicialmente defendida por Miller e Johnson-Laird (1976) que propuseram que a análise dos conceitos baseados apenas em atributos não podia explicar aspectos significativos da categorização sem ter em conta o conhecimento complexo que as pessoas possuem sobre conceitos (e.g., Medin & Smith, 1984). Segundo Murphy e Medin (1985) "o que mantém os conceitos reunidos" necessita de ter em consideração alguma teoria e conhecimento de base usado pelas pessoas em certas situações.

MEDIDAS DE CATEGORIZAÇÃO

As medidas de frequência de produção e de tipicidade são duas das mais importantes medidas de categorização de exemplares de conhecimento comum. Estas medidas estiveram na base de dois importantes modelos de organização da memória semântica, como o modelo de rede de Collins e Loftus (1975) e o modelo de tipicidade de Rosch (1978), tendo ainda feito parte do desenvolvimento dos vários modelos de organização psicológica das categorias. Apesar destas medidas terem um importante papel teórico, podem ser ainda bastante úteis do ponto de vista metodológico para efeitos de planeamento de experiências a realizar com participantes portugueses. De facto os valores de frequência de produção e de tipicidade, obtidos originalmente por investigadores americanos e ingleses, foram posteriormente replicados noutros países (e.g., Soto, Sebastian, Garcia, & Amo, 1982), tendo-se observado algumas diferenças notáveis de ordenação.

Em 1986 foi iniciado um projecto de investigação com o objectivo de determinar os valores de frequência de produção das categorias analisadas originalmente por Battig e Montague (1969) e valores de tipicidade segundo Rosch (1975). O relato

(*) Cópias deste artigo e do relato técnico subjacente (metodologia, resultados e tabelas) serão enviadas a todos os interessados, desde que enviem para o efeito uma diskete 3.5 de 400 K e um envelope selado e auto-endereçado. O texto está escrito em MS Word 4.0 para Macintosh. Pedidos a "Amâncio da Costa Pinto, Faculdade de Psicologia, R. das Taipas, 76, 4000 Porto".

** Professor associado com agregação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Membro da Linha de Acção N° 2, Projecto D, do Centro de Psicologia da Universidade do Porto (INIC).

A correspondência para este artigo deve ser enviada para: Amâncio da Costa Pinto, Rua das Taipas, 76, 4000 PORTO.

técnico deste projecto numa extensão de 70 páginas A4 ficou recentemente concluído (Pinto, 1992). Este artigo tem por objectivo dar a conhecer à comunidade científica portuguesa alguns aspectos centrais dos estudos empíricos realizados, nomeadamente no que se refere à metodologia e análise dos resultados.

Frequência de produção de exemplares

Na sequência de vários estudos de produção de frequência de exemplares de categorias realizadas em inglês, quer nos EUA e em Inglaterra (e.g., Battig & Montague, 1969; Hampton & Gardiner, 1983) quer em espanhol (e.g., Soto, Sebastian, Garcia & Amo, 1982), considerou-se importante planejar também um estudo de forma a obter dados normativos para a maior parte das categorias que foram estudadas nestes Países e de que o estudo de Battig e Montague (1969) foi precursor.

A amostra foi constituída por 316 estudantes de estabelecimentos de ensino médio e superior. Os participantes foram solicitados a redigir o maior número de exemplares de uma categoria durante 30 segundos, tendo sido apresentadas uma sequência de 48 categorias. A listagem das categorias que foram analisadas em definitivo (N=46) encontra-se exposta no Quadro 1. As respostas dos participantes foram analisadas de forma a produzir tabelas de frequência de produção para cada uma das 46 categorias. Cada tabela apresenta quatro tipos de valores diferentes: (1) A percentagem de cada exemplar em função do número de sujeitos que responderam a esta categoria; (2) O número de vezes que um exemplar de uma categoria foi escrito em primeiro lugar na lista de exemplares da categoria; (3) A percentagem de cada exemplar para o grupo de

Quadro 1 - Listagem das 46 categorias seleccionadas para determinação da medida de frequência de produção de exemplares. Os valores de tipicidade foram obtidos nas 22 categorias assinaladas com (*).

1. Tipos de Desportos	24. Árvores *
2. Fenómenos Atmosféricos *	25. Frutos *
3. Tipos de Profissões	26. Flores *
4. Formações Terrestres Naturais*	27. Legumes *
5. Partes do Corpo Humano *	28. Peças de Vestuário
6. Nomes de Países	29. Tipos de Tecido *
7. Tipos de Armas *	30. Elementos Químicos
8. Tipos de Habitação Humana	31. Instrumentos Musicais *
9. Instrumentos de Carpinteiro	32. Moedas de Países
10. Membros do Clero	33. Tipos de Veículos *
11. Tipos de Crimes *	34. Nomes de Ciências
12. Substâncias para Condimentar Alimentos*	35. Tipos de Brinquedos
13. Cores	36. Tipos de Dança
14. Utensílios de Cozinha *	37. Insectos *
15. Artigos de Mobiliário *	38. Nomes Femininos
16. Tipos de Edifícios Religiosos	39. Nomes Masculinos
17. Pedras Preciosas	40. Nomes de Famílias
18. Metais *	41. Tipos de Doença *
19. Escalões Militares	42. Nomes de Cidades
20. Animais Mamíferos *	43. Nomes de Montanhas
21. Aves *	44. Cientistas Famosos
22. Répteis *	45. Poetas Famosos
23. Peixes *	46. Romancistas Famosos

sujeitos masculinos; (4) A percentagem de cada exemplar para o grupo de sujeitos femininos.

Um exemplo da organização destas tabelas e dos valores obtidos encontra-se exposto no Quadro 2 para os primeiros 12 exemplares das categorias "15. Artigos de mobiliário" e "27. Legumes". A análise dos resultados revelou ainda que a média de exemplares por categoria variou entre 2,7 para "cores" e 9,3 para "nomes masculinos". A média total foi de 5,73 com 1,8 de desvio padrão.

Quadro 2 - Valores de frequência de produção dos primeiros 12 exemplares da categoria "Artigos de mobiliário" e "Legumes", que indicaram esse exemplar, analisados em função da percentagem total de sujeitos, número de sujeitos que referiram os exemplares em 1º lugar, percentagem de sujeitos masculinos e percentagem de sujeitos femininos.

15. Artigos de Mobiliário		N= 315			
Exemplares	Total (%)	1º	M	F	
1. Cadeira	89	38	86	90	
2. Mesa	86	97	79	89	
3. Cama	82	115	72	88	
4. Cômada	47	20	40	51	
5. Armário	47	9	45	48	
6. Sofá	42	6	39	43	
7. Guarda-roupa	38	5	36	39	
8. Mesinha de cabeceira	34	4	35	34	
9. Banco	32	1	33	32	
10. Estante	27	4	27	22	
11. Móvel	13	6	12	13	
12. Escrivaninha	11	0	13	10	

27. Legumes		N= 316			
Exemplares	Total (%)	1º	M	F	
1. Couve	74	117	81	70	
2. Alface	67	68	69	66	
3. Cenoura	57	35	57	56	
4. Tomate	39	14	40	38	
5. Couve-flor	32	14	29	33	
6. Agrião	26	0	18	30	
7. Nabo	20	4	18	22	
8. Espinafre	18	4	13	20	
9. Cebola	18	1	20	17	
10. Batata	16	18	19	15	
11. Nabica	14	0	7	18	
12. Ervilhas	14	6	7	17	

Uma análise inter-cultural, tendo em consideração as principais semelhanças e diferenças entre este estudo e o de Battig e Montague (1969), verificadas nas primeiras seis posições, revelou os seguintes dados:

As principais similaridades de frequência de produção verificaram-se nas categorias: 3. Tipos de profissões; 13. Cores; 17. Pedras preciosas; 18. Metais; 19. Escalões militares e 33. Tipos de veículos. Nestas seis categorias registou-se apenas um exemplar discrepante.

As categorias que incluíram 4 e 5 exemplares não-comuns foram respectivamente 24. Árvores; 27. Legumes; 32.

Moedas de Países; 38. Nomes femininos; 21. Aves; 23. Peixes; 36. Tipos de dança; 39. Nomes masculinos.

Na categoria 42. Nomes de cidades todos os exemplares foram diferentes. Cerca de metade, (53%) das 40 categorias comuns aos dois estudos em análise, apresentaram dois ou três exemplares diferentes nas primeiras seis posições.

Tipicidade

Rosch e colaboradores (e.g., Rosch 1975; Rosch & Mervis, 1975) efectuaram vários estudos sobre a formação de categorias humanas tendo concluído que a maior parte delas se baseia em parelhas familiares do tipo proposto por Wittgenstein (1958). A pertença a uma categoria seria constituída na base do grau de tipicidade dos respectivos membros, não havendo qualquer conjunto restrito de atributos comuns a todos os exemplares de uma dada categoria. Assim os membros mais típicos de uma categoria poderiam servir para representar uma categoria sempre que uma pessoa tivesse de pensar nela.

A fim de obter provas experimentais em apoio das suas análises, Rosch (1975) apresentou 15 exemplares de categorias comuns, como "mobiliário" e "vegetais", a um grupo de sujeitos, tendo estes sido instruídos a ordenar hierarquicamente os diferentes itens de acordo com o grau de tipicidade. Os resultados indicaram uma concordância elevada sobre os itens considerados mais típicos relativamente aos itens de tipicidade intermédia ou inferior.

Por exemplo, os sujeitos consideraram *ervilhas* e *cenouras* como exemplares mais típicos de "legumes" do que *couve* e *alface* e estes mais típicos do que *pepino* e *beterraba*. Uma ordenação deste tipo parece indicar que as categorias possuem uma certa estrutura própria, já que alguns exemplares estariam situados mais próximos do centro da representação categorial do que outros. Uma tal ordenação e hierarquização baseada no grau de tipicidade levou Rosch a advogar que as categorias possuíam uma estrutura interna.

De modo semelhante a Rosch (1975), este estudo teve por objectivo determinar o grau de tipicidade de 20 exemplares pertencentes a 22 das 46 categorias do estudo precedente sobre frequência de produção e que se encontram assinaladas com um (*) no Quadro 1. Embora a relação entre valores de frequência de produção e valores de tipicidade seja habitualmente elevada, os valores de correlação variam bastante de categoria para categoria, não sendo possível prever antecipadamente quais as categorias onde se irão verificar os valores mais altos e os mais baixos. Os valores de tipicidade obtidos permitem ainda validar a medida de frequência de produção.

Estudantes universitários num total de 188 foram solicitados a ordenar 20 exemplares de cada uma de 22 categorias segundo o grau de tipicidade ou representatividade na categoria numa escala de 1 a 20. Assim ao exemplar mais típico ou representativo da categoria seria atribuído 1, ao exemplar a seguir mais típico atribuíam 2, depois 3, 4, 5 e assim sucessivamente até atribuírem 20 ao exemplar que julgassem como o menos típico ou representativo de todos.

Os valores médios de tipicidade para cada um dos 20 exemplares das 22 categorias estudadas foram calculados e em seguida determinaram-se os coeficientes de correlação entre valores de medidas de tipicidade e de frequência de atributos. Em geral os valores de correlação foram elevados, sendo todos significativos ao nível de $p < 0,01$ no teste de Pearson. O Quadro 3 apresenta a ordenação de 20 exemplares em função do grau

de tipicidade referente às categorias 21. Aves e 26. Flores. Conforme se pode verificar a associação entre as medidas de frequência de produção e de tipicidade é bastante elevada.

Quadro 3 - Ordenação de 20 exemplares da categoria "Aves" e "Flores" em função do grau de tipicidade envolvido (Tip). A 2ª coluna apresenta valores percentuais de frequência de produção (FP). Os valores do coeficiente de correlação de Pearson estão assinalados por baixo do nome da categoria.

21. Aves ($r = -0,72$)			26. Flores ($r = -0,85$)		
FP	Tip		FP	Tip	
32	5,2	Andorinha	96	2,3	Rosa
39	6,3	Canário	74	5,5	Cravo
18	6,4	Pomba	49	7,1	Malmequer
15	6,6	Gaivota	37	7,1	Tulipa
25	7,5	Pardal	22	8,1	Violeta
40	7,8	Águia	26	8,2	Margarida
43	8,2	Periquito	21	8,3	Amor-perfeito
42	8,7	Galinha	18	10,2	Dália
29	8,8	Papagaio	22	10,4	Orquídea
22	9,7	Pato	17	10,5	Camélia
4	10,4	Cegonha	13	10,6	Papoila
12	11,8	Perú	19	10,9	Gadíolos
3	12,6	Cisne	31	10,9	Lírios
10	12,6	Mocho	17	12,1	Jarro
7	13,0	Coruja	6	13,1	Girassol
17	13,0	Falcão	7	13,4	Açucena
23	14,0	Avestruz	7	15,0	Jacinto
1	14,8	Faisão	5	15,1	Lilás
2	16,7	Catua	5	15,2	Estrelícia
0,3	16,8	Poupa	16	16,1	Jasmim

VALIDAÇÃO DA MEDIDA DE FREQUÊNCIA E PRODUÇÃO

Nos estudos de categorização publicados na literatura a amostra de sujeitos é constituída predominantemente por estudantes universitários. Mesmo que a normalização da medida de frequência de produção dos exemplares não se possa generalizar à população Portuguesa, este aspecto é de somenos importância já que a maior parte das experiências laboratoriais de aprendizagem verbal são realizadas com jovens estudantes universitários, a maior parte dos quais frequentando cursos de psicologia.

Apesar de tudo os valores de frequência de produção parecem ter uma validade elevada. Por um lado, os índices de correlação de Pearson em 22 das 46 categorias analisadas foram todos significativos ao nível de $p < 0,01$. Por outro lado, este estudo apresenta valores similares com um outro estudo empírico elaborado por linguistas Portugueses (Nascimento, Rivenc & Cruz, 1987), por mim descoberto já depois do relato técnico estar concluído (Pinto, 1992).

O estudo de Nascimento, Rivenc e Cruz (1987) foi maioritariamente realizado entre 1971 e 1974 em todos os distritos do País junto de estudantes do 3º ciclo liceal com a idade média de 17 anos. Participaram 500 sujeitos, sendo 250 rapazes e 250 raparigas. A tarefa dos sujeitos consistiu na

Quadro 4 - Valores de correlação de Pearson para a medida de frequência de produção entre os estudos de Pinto (1992) e o de Nascimento, Rivenc e Cruz (1987) para oito categorias ou centros de interesse similares. O N indica o número de vocábulos comuns aos dois estudos em análise, onde existem valores de frequência de produção.

Categorias (Pinto, 1992) Centros de Interesse (Nascimento et al., 1987)	N	Correlação de Pearson
1. Tipos de Desportos 6. Desportos	21	0,96*
3. Tipos de Profissões 19. Profissões e Ofícios	29	0,87*
5. Partes do Corpo Humano 1. O Corpo Humano	28	0,86*
14. Utensílios de Cozinha 8. Cozinha e Objectos que vão à mesa	25	0,76*
15. Artigos de Mobiliário 13. A Casa e os Móveis da Casa	12	0,88*
20. Animais Mamíferos 24. Animais	19	0,89*
28. Peças de Vestuário 2. O Vestuário	29	0,89*
33. Tipos de Veículos 9. Meios de Transporte	21	0,52**

* p<0,001; ** p<0,02.

redacção, durante 10 minutos, de 35 palavras (15 substantivos, 10 adjetivos e 10 verbos por esta ordem) que "lhes parecessem mais pertinentes e adequados aos Centros de Interesse [categorias] propostos" (obra cit. p. 36). Dos 27 Centros de Interesse [ou categorias] estudadas por Nascimento et al. (1987), oito apresentam grandes similaridades temáticas com categorias por mim analisadas em termos de frequência de produção.

Apesar das diferenças metodológicas entre estes dois estudos serem assinaláveis, no que se refere quer à composição da amostra quer ao tempo de realização da tarefa, a ordem de produção dos exemplares foi muito semelhante nos dois estudos, como se pode verificar pelo coeficiente de correlação de Pearson indicado no Quadro 4.

Em conclusão, os valores obtidos nas medidas de frequência de produção de exemplares e de tipicidade apresentam algumas diferenças importantes em relação a escalas obtidas em língua inglesa. Tais diferenças demonstram a vantagem dos investigadores Portugueses possuírem escalas de categorização próprias para efeitos de planeamento de experiências nesta área ou até para fins educacionais relacionados com a aprendizagem da língua por nacionais ou estrangeiros. As medidas de categorização estudadas apresentaram também índices de validade bastante satisfatórios para a população Portuguesa.

REFERÊNCIAS

- Battig, W. F., & Montague, W. E. (1969). Category norms for verbal items in 56 categories: A replication and extension of the Connecticut category norms. *Journal of Experimental Psychology Monograph*, 80 (3), 1-46.
- Brooks, L. (1978). Non-analytic concept formation and memory for instances. In E. Rosch & B. B. Lloyd (Eds), *Cognition and categorization*. Hillsdale, N.J.: Erlbaum.
- Collins, A. M., & Quillian, M. R. (1969). Retrieval time from semantic memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 8, 240-247.
- Eysenck, M. W., & Keane, M. T. (1990). *Cognitive psychology: A student's handbook*. London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Gardner, H. (1985). *The mind's new science: A history of the cognitive revolution*. New York: Basic Books.
- Hampton, J. A., & Gardiner, M. M. (1983). Measures of internal category structure: A correlational analysis of normative data. *British Journal of Psychology*, 74, 491-516.
- Hintzman, D. L., & Ludlam, G. (1980). Differential forgetting of prototypes and old instances: Simulation by an exemplar-based classification model. *Memory & Cognition*, 8, 378-382.
- Medin, D. L., & Shaffer, M. M. (1978). Context theory of classification learning. *Psychological Review*, 85, 207-238.
- Medin, D. L., & Smith, E. E. (1984). Concepts and concept formation. *Annual Review of Psychology*, 35, 113-138.
- Miller, G. A., & Johnson-Laird, P. N. (1976). *Language and perception*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Murphy, G. L., & Medin, D. L. (1985). The role of theories in conceptual coherence. *Psychological Review*, 92, 289-316.
- Nascimento, M. F. B., Rivenc, P., & Cruz, M. S. (1987). *Português fundamental: Métodos e documentos*. Tomo 2. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Pinto, A. C. (1992). *Categorização de itens verbais: Medidas de frequência de produção e de tipicidade*. (70 pág.). Relato técnico do Centro de Psicologia Cognitiva.
- Rosch, E. (1975). Cognitive representations of semantic categories. *Journal of Experimental Psychology: General*, 104, 192-233.
- Rosch, E. (1978). Principles of categorization. In E. Rosch & B. B. Lloyd (Eds), *Cognition and categorization*. Hillsdale, N.J.: Erlbaum.
- Rosch, E., & Mervis, C. B. (1975). Family resemblances: Studies in the internal structure of categories. *Cognitive Psychology*, 7, 573-605.

Soto, P., Sebastian, M. V., Garcia, E., & Amo, T. (1982). *Categorización y datos normativos en España*. Madrid: Ediciones Cantoblanco.

Wittgenstein, L. (1958). *Philosophical investigations*. (2ª Ed.). Oxford: Blackwell. (Obra original publicada em 1953)

RÉSUMÉ

MESURES DE CATEGORISATION: LA FRÉQUENCE DE PRODUCTION ET DE TYPICITÉ

ABSTRACT

CATEGORY NORMS: PRODUCTION, FREQUENCY AND TYPICALITY MEASURES

This paper is a summary of a technical report on category norms describing production frequency and typicality measures. Production frequency measure was obtained for 46 categories included in Battig & Montague (1969). Subjects were 316 secondary and university students, whose task was to write down all instances of a category they could remember in 30 seconds. Another group of 188 university students ranked 20 exemplars of each of 22 categories included in the previous study. Pearson correlation coefficients between production frequency and typicality measures were significant at $p < .001$. Production frequency was also significantly correlated with a previous published study carried out by linguists (Nascimento, Rivenc & Cruz, 1987) and involving a national standardised sample. A cross cultural analysis between Battig & Montague (1969) norms and our study

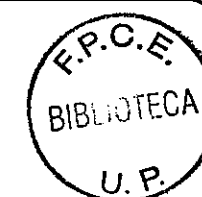
Cet article est un résumé d'une recherche plus vaste concernant les mesures de fréquence de production et de typicité. La mesure de fréquence de production a été déterminée pour 45 catégories retirées de l'étude de Battig et Montague (1969). Les sujets étaient 316 étudiants de l'enseignement secondaire et supérieur, qui avaient pour tâche d'écrire le plus grand nombre d'exemplaires d'une catégorie en 30 secondes. La mesure de typicité a été obtenue avec 22 catégories, en sélectionnant 20 exemplaires de chacune pour ordonner. 188 étudiants universitaires ont effectué cette tâche. Les coefficients de corrélation entre les deux mesures dans les 22 catégories communes ont été significatifs au niveau de $p < 0.001$. La mesure de fréquence de production d'exemplaires s'est montrée comme significativement valide en huit catégories qui sont communes à un étude national réalisé par des linguistes (Nascimento, Rivera & Cruz, 1987). Une analyse interculturelle avec l'étude de Battig & Montague (1969) a montré encore que 85% des catégories communes ont présenté deux ou plus exemplaires différents dans les six premières positions.

22º CONGRESSO EUROPEU DE TERAPÊUTICA DO COMPORTAMENTO 9-12 Setembro 1992

COIMBRA - PORTUGAL

Esta reunião científica, subordinada ao tema: "SAÚDE E COMUNIDADE", será efectuada nos Auditórios dos Hospitais da Universidade de Coimbra, de 9 a 12 de Setembro de 1992. O programa científico está a ser elaborado de forma a responder às necessidades de investigadores, clínicos e outros profissionais da Saúde Mental e Educação. A organização de seminários de formação permitirá aos técnicos inscritos a possibilidade de contactar directamente com os mais prestigiados especialistas nessas áreas. Em conferências, simpósios e sessões de posters serão abordados entre outros, os tópicos seguintes: Terapias comportamentais e cognitivas dos ataques de pânico, fobias, depressão, obsessões-compulsões, perturbações do sono e disfunções sexuais; Intervenções comportamentais e cognitivas com crianças e adolescentes; Intervenções comportamentais e cognitivas na dor e na doença terminal; Intervenções comportamentais e cognitivas no alcoolismo; Reabilitação de distúrbios psicóticos; Intervenções comportamentais e cognitivas nos distúrbios alimentares; Intervenções comportamentais e cognitivas na SIDA; Psicofarmacologia e terapias comportamentais e cognitivas; Medicina comportamental; Teorias da aprendizagem; Teorias cognitivas; Avaliação das psicoterapias. A organização do Congresso está a preparar um variado programa social que incluirá recepção de boas-vindas, jantar de gala e numerosas outras iniciativas de carácter cultural ou turístico, que decorrerão durante a reunião científica. Mais de 150 comunicações de participantes internacionais foram já recebidas. Na impossibilidade de citar todos eles, destacamos entre outros, as participações de: Alan Marlatt (USA), David Clark (UK), Frederick Gibbons (USA), Isaac Marks (UK), Jean Cottraux (FRANCE), Larry Beutler (USA), Michael Mahoney (USA), Padmal de Silva (UK), Paul Salkovskis (UK), Ralf Schwarzer (GERMANY), Fred Wright (USA).

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES: 22º CONGRESSO DA EABT, APTC, APARTADO 9001,3049 COIMBRA CODEX, TEL.:(039) 40 39 39 (Ext.12712), FAX.:(039) 2 82 91.



AUTO-EFICÁCIA E ANSIEDADE: APLICAÇÕES NA CONSULTA PSICOLÓGICA

CONCEIÇÃO NOGUEIRA (*)
ARTUR PEDROSA MESQUITA (**)

UNIVERSIDADE DO MINHO

No presente trabalho apresentam-se os conceitos fundamentais da Teoria de Auto-Eficácia de Bandura, a concepção de ansiedade postulada pelo autor e finalmente a aplicação destes conceitos à problemática da consulta psicológica para situações de tipo fóbico e ansiedade social. A ênfase é dada à Teoria de Auto-eficácia, às suas dimensões, fontes e processamento de informação de eficácia concluindo com a apresentação da perspectiva de ansiedade e sua aplicação à consulta psicológica, um dos muitos domínios de aplicação desta teoria.

INTRODUÇÃO

No início dos anos 60, Albert Bandura desenvolveu uma versão menos radical de comportamentalismo, reflectindo o impacto da revolução cognitiva. A então designada Teoria da Aprendizagem Social recorria a uma abordagem socio-comportamental, segundo expressão do autor (Bandura, 1977). Segundo Gonçalves (1990)

"a teoria da Aprendizagem Social aparece como um importante paradigma de transição entre as perspectivas comportamentais e as perspectivas cognitivas (...), enquanto que o paradigma do condicionamento operante permitiu a descentração em relação aos estímulos antecedentes que constituíam os principais reguladores clássicos da aprendizagem, o paradigma da aprendizagem social vai propôr a dupla descentração dos estímulos antecedentes e dos estímulos consequentes, colocando na interacção entre situação observada e processos cognitivos do observador o fulcro de grande parte da aprendizagem" (pp.72-73).

O aspecto mais distinto da teoria de Bandura é a ênfase colocada na aprendizagem por observação dos comportamentos dos outros e das suas consequências o que ele designa por aprendizagem vicariante. O termo Aprendizagem Social era,

assim, a designação utilizada pelo seu autor até 1986, altura em que a redifine para Teoria Social Cognitiva, justificando que a teoria se tinha sempre preocupado com fenómenos como a motivação e a auto-regulação que vão mais além da aprendizagem.

A Teoria Social Cognitiva reconhece a importância dos factores cognitivos, que determinam em parte, quais os acontecimentos exteriores que serão selectivamente observados, e como serão percebidos. A capacidade extraordinária dos seres humanos para usar símbolos permite-os entrar em pensamento reflexivo, criar e planificar actividades em pensamento, evitando ter que realizar todas as opções e sofrer igualmente todas as consequências.

Realçando a importância dos aspectos cognitivos como variáveis determinantes da Teoria Social Cognitiva, Bandura (1977), propôs um mecanismo cognitivo que explica o comportamento humano em grande parte das situações da vida. Esse mecanismo essencial, que funciona como mediador cognitivo e motivacional, designa-se por percepção, crença ou ainda expectativa de auto-eficácia, ou seja, a convicção de que se é capaz de realizar com êxito os comportamentos requeridos para produzir as consequências desejadas.

Segundo Schultz (1981), a abordagem "cognitivo-comportamental" de Bandura, e mais especificamente a concepção de Auto-Eficácia, tornou-se muito popular e tem originado um grande conjunto de pesquisas em diferentes domínios da psicologia (Ashton, 1984; Feltz, 1988; Gibson & Dembo, 1984; Guskey, 1987; Hackett & Betz, 1981; Hackett & Betz, 1989; Maddux, Stanley & Manning, 1987; Schunk, 1990; Wood & Bandura, 1989).

Neste artigo apresentam-se os conceitos fundamentais da teoria de Auto-Eficácia (dimensões, fontes e processamento cognitivo da informação de auto-eficácia) assim como a concepção de ansiedade para o autor. Apresenta-se no final estes mesmos conceitos, mas aplicados ao domínio específico da consulta psicológica quando relacionada com alguns problemas de ansiedade.

(*) Assistente do Departamento de Psicologia da Universidade do Minho.

(**) Professor Associado do Departamento de Psicologia da Universidade do Minho.

A correspondência sobre este artigo, deverá ser enviada para o primeiro autor para: Departamento de Psicologia do Instituto de Educação da Universidade do Minho, R. Abade de Loureira, 4700 Braga.

AUTO-EFICÁCIA

Como refere Bandura (1987),

"Entre os distintos aspectos do auto-conhecimento, nenhum influi tanto na vida diária do homem como a opinião que este possui da sua eficácia pessoal" (p.415).

Os aspectos considerados nesta perspectiva são aqueles que fazem referência à forma como o indivíduo julga as suas próprias capacidades e como essas percepções de eficácia afectam a sua motivação assim como o seu comportamento.

Todos conhecemos situações em que os indivíduos possuem o conhecimento, assim como as capacidades para realizar algo, mas apesar disso não o fazem de modo eficaz. Existe uma diferença marcante entre dispôr de capacidades e ser capaz de as utilizar em diferentes circunstâncias, o que explica que um indivíduo em diferentes ocasiões possa mostrar um rendimento fraco, médio ou extraordinário. É a auto-eficácia percebida pelo sujeito que funciona independentemente das capacidades subjacentes (Schunk, 1984).

Assim, um rendimento adequado exige quer a existência de capacidades, quer a crença do sujeito de que dispõe de eficácia suficiente para as utilizar.

"A auto-eficácia percebida define-se como a avaliação de cada indivíduo sobre as suas capacidades, na base da qual organizará e executará os seus comportamentos de modo a alcançar o rendimento desejado. O conceito não faz referência aos recursos de que se dispõe, mas apenas à opinião que o indivíduo tem sobre o que pode fazer com eles" (Bandura, 1987, p.416).

O mesmo autor refere a distinção entre dois conceitos fundamentais: as expectativas de eficácia pessoal e as expectativas de resultados (ver figura 1). A expectativa de eficácia pessoal é uma avaliação sobre a capacidade pessoal no sentido de alcançar um certo nível de rendimento, enquanto que as expectativas de resultado fazem referência às consequências mais prováveis que produzirá a referida realização. Por exemplo, a crença de que se consegue tirar uma nota alta num teste de matemática é uma avaliação sobre a própria eficácia, enquanto que o reconhecimento social esperado ou a satisfação que advirá do facto, constitui uma expectativa de resultado.

As avaliações sobre a eficácia pessoal e sobre os resultados são consideravelmente distintas: é possível que um indivíduo acredite que determinado comportamento produz determinados resultados positivos, mas no entanto não pro-

duza o comportamento porque duvide da sua capacidade para o realizar.

Resumindo, pode-se dizer que uma expectativa de resultado é definida como a crença pessoal de que determinado comportamento levará a certos resultados, enquanto uma expectativa de eficácia é a convicção de que o indivíduo pode realizar com sucesso o comportamento requerido para produzir os resultados desejados.

Referir que a percepção de auto-eficácia influencia o comportamento não quer dizer que as expectativas são o seu único determinante. As expectativas não seriam suficientes para produzir as realizações desejadas se as pessoas não possuissem as capacidades necessárias. Igualmente podem existir situações em que há muitas coisas que as pessoas poderiam fazer, mas não o fazem porque não têm incentivos para tal (Bandura, 1977).

Para a Auto-Eficácia poder ser útil para qualquer domínio de aplicação é necessário que possam ser medidas ou classificadas as suas características, tendo sido para isso utilizados três parâmetros, designados por dimensões (Bandura, 1977, 1987):

(1) A **magnitude** (o nível da dificuldade da tarefa dentro do mesmo domínio de realização, referindo-se aos objectivos de realização esperados pela pessoa) pode ser baixa ou alta; por exemplo, quando as tarefas são ordenadas por nível de dificuldade, as expectativas de eficácia de diferentes indivíduos podem ser limitadas às tarefas mais simples, moderadas ou mesmo às mais difíceis.

(2) A **generalização** diz respeito à quantidade de domínios de funcionamento em que a pessoa acredita ser eficaz; algumas experiências criam expectativas de eficácia circunscritas, enquanto outras inspiram um sentido de eficácia mais generalizado.

(3) A **força** reflecte a segurança da crença; forte auto-eficácia persiste depois de vários fracassos, enquanto fraca auto-eficácia não resiste ao fracasso.

O conhecimento da própria eficácia, seja ele exacto ou não, baseia-se em quatro fontes principais de informação: as (1) realizações pessoais, as (2) experiências vicariantes, a (3) persuasão verbal e por fim a (4) activação emocional.

(1) As **realizações pessoais** constituem a maior fonte de informação sobre a eficácia pessoal já que se baseiam em experiências vividas pelos sujeitos; o êxito aumenta as avaliações positivas de eficácia, enquanto que os fracassos repetidos as diminuem. Uma vez conseguida uma crença firme de eficácia baseada nos êxitos pessoais, não é provável que os fracassos ocasionais possam mudar a percepção dos indivíduos

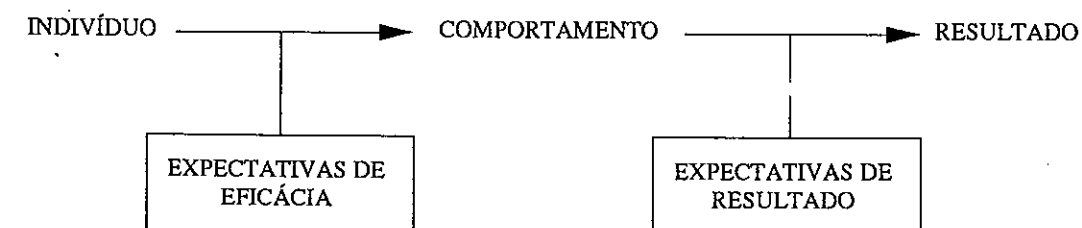


Figura 1 - Representação gráfica da diferença entre expectativas de eficácia e expectativas de resultados (Bandura, 1982).

acerca das suas capacidades.

(2) **Experiências vicariantes:** vendo ou imaginando o comportamento de outras pessoas suas semelhantes a obterem êxitos, o observador pode aumentar a auto-eficácia percebida acabando por acreditar que ele consegue igualmente realizar as mesmas acções, possuindo para isso a crença de que dispõe das capacidades requeridas (Bandura, Adam, Hardy & Howells, 1980). Pela mesma lógica, observar alguém a fracassar apesar de se observarem esforços pelo contrário, pode convencer (se se considera semelhante) de que nas mesmas circunstâncias se fracassaria também.

(3) **A persuasão verbal** utiliza-se para induzir no sujeito a crença de que possui capacidade suficiente para conseguir aquilo que deseja. A persuasão, por si só, pode não ser suficiente para induzir aumentos duradouros no nível de auto-eficácia, mas pode no entanto contribuir para um melhor rendimento, se o aumento de auto-eficácia está dentro dos limites reais das possibilidades dos sujeitos. Os indivíduos persuadidos de que possuem as capacidades necessárias para desenvolverem determinados actividades têm uma probabilidade maior de desenvolverem esforços, enfrentarem melhor as dificuldades e obstáculos que lhes possam surgir, e conseguirem atingir os objectivos propostos do que aqueles que têm dúvidas acerca das suas capacidades.

(4) Ao julgar as suas capacidades o indivíduo baseia-se também nas informações que lhe provêm dos seus estados fisiológicos, **activação emocional**, interpretando por exemplo, a sua activação somática face a situações "stressantes" como sinais globais de vulnerabilidade. Já que um nível elevado de activação somática debilita o rendimento, o indivíduo pode ficar optimista face a determinada situação se se sente calmo, ficando pelo contrário pessimista se se sente tenso. Ao evocar pensamentos sobre a sua ineficácia (o que induz temor), o próprio indivíduo pode criar níveis de stress elevados que acabam por produzir realmente as disfunções que teme. Neste sentido, os procedimentos que eliminam a activação emocional face a ameaças subjectivas, aumentam a auto-eficácia percebida, melhorando assim o rendimento do indivíduo (Bandura & Adams, 1977).

Centrámo-nos, até agora, nas principais fontes de informação, mas é necessário fazer a distinção entre a informação que existe, por exemplo, no meio, e aquela que é **processada** e transformada pelo indivíduo. É por isso importante não esquecer que o impacto da informação nas percepções de auto-eficácia, dependerá da forma como ela é cognitivamente organizada. A informação relevante para a avaliação das capacidades pessoais, qualquer que seja o tipo, não é inerentemente esclarecedora, resultando apenas quando se realiza uma avaliação cognitiva: há assim que distinguir entre a informação proporcionada pelos acontecimentos externos e aquela que é seleccionada, valorizada e integrada em crenças de auto-eficácia. Por exemplo, no que diz respeito ao processamento cognitivo da activação emocional, existem vários factores como a avaliação das fontes de activação, o nível de activação, as circunstâncias em que aparece e a forma como influencia o próprio rendimento que são importantes nesse processamento. Assim, as diferentes interpretações pessoais da activação interna afectam de forma distinta a auto-eficácia percebida, do mesmo modo que as implicações da activação sobre a auto-eficácia dependem da forma como a

activação já registada tenha influenciado o rendimento em situações anteriores.

Os indivíduos variam entre si quanto às suas predisposições valorativas: aqueles que consideram a activação emocional como sinal de insuficiência pessoal têm mais possibilidades de baixar as suas percepções de auto-eficácia do que aqueles que a consideram uma reacção transitória comum, que inclusive acontece às pessoas mais experientes; quando existe tendência a atribuir a activação a deficiências pessoais, a atenção dispensada aos sinais viscerais pode criar um aumento recíproco do grau de excitação.

O valor prático da auto-eficácia reside na sua capacidade para influenciar o comportamento. Face a competências apropriadas e incentivos adequados, as expectativas de eficácia são, assim, o maior determinante da **escolha de actividades** dos indivíduos, da quantidade de **esforço** que dispõem e do **tempo** que persistirão no esforço para aguentar ou lidar com situações de stress.

Depois de termos analisado o modo de funcionamento das percepções de auto-eficácia, no que diz respeito à compreensão do comportamento passaremos a abordar a relação entre auto-eficácia e ansiedade.

AUTO-EFICÁCIA E ANSIEDADE

A investigação já realizada sugere que a teoria da Auto-Eficácia pode ser utilizada para promover uma melhor compreensão da experiência de ansiedade (Nogueira, Cruz, & Mesquita, 1989). Diversos estudos efectuados em diferentes contextos revelam que as percepções de auto-eficácia são geralmente boas predictoras do modo como as pessoas se poderão comportar e da quantidade de activação emocional que poderão experienciar em tarefas e situações específicas.

Para Bandura (1987), as percepções de eficácia pessoal afectam a quantidade de stress que as pessoas experienciam quando são confrontadas com determinadas exigências ambientais. A crença de eficácia no confronto parece reduzir antecipações stressantes que criam activação psicológica e tensão corporal as quais, por sua vez, vão exacerbar as sensações de desconforto.

Recentemente, Bandura (1988) clarificou as relações entre auto-eficácia e ansiedade. De acordo com a sua perspectiva, a ansiedade é definida como um estado de apreensão antecipada sobre possíveis acontecimentos ameaçadores. A ameaça reflecte, deste modo, a incongruência entre as capacidades percebidas de controlo e a possibilidade de perigo existente no meio. Portanto, para compreender as avaliações das pessoas acerca das ameaças externas assim como as reacções afectivas a essas mesmas ameaças, é necessário analisar as percepções acerca das suas capacidades de confronto que, em parte, irão determinar a perigosidade subjectiva dos acontecimentos do meio. As pessoas que acreditam serem capazes de controlar potenciais ameaças não são perturbadas por cognições apreensivas, enquanto aquelas que não acreditam na sua capacidade para lidar com eventuais ameaças experimentam altos níveis de ansiedade e tendem a viver com as suas deficiências de confronto e a sentirem muitos aspectos do seu meio como perigosos. Através deste pensamento ineficaz, angustiam-se, limitam as suas experiências acabando por empobrecer o seu nível de funcionamento.

Nesta perspectiva, a maior fonte de ansiedade não são as cognições de medo por si só, mas sim a ineficácia percebida para as neutralizar.

As pessoas experienciam alta angústia antecipatória e de realização em tarefas de confronto para as quais se consideram ineficazes, mas a força das suas percepções de auto-eficácia aumenta à medida que a ansiedade diminui. A intensidade da angústia subjectiva na antecipação e na realização, mesmo em iguais tarefas de confronto, varia em função dos níveis de percepção de auto-eficácia (Bandura, Reese & Adams, 1982). Quanto maior for a percepção de auto-ineficácia, maior a angústia subjectiva.

A eficácia percebida de confronto determina assim o grau de perigo percebido da interacção com ameaças. As pessoas vivenciam as ameaças fóbicas como potencialmente perigosas quando acreditam que não as conseguem controlar, encarando os mesmos encontros como não perigosos, quando acreditam que podem exercer controlo sobre eles.

Concluindo e como já foi referido atrás, as crenças das pessoas relativas à sua eficácia afectam o tipo de cenários cognitivos que produzem face às situações de confronto. Aqueles que possuem um forte sentido de eficácia pessoal produzem cenários cognitivos de sucesso que os encorajam a uma abordagem de resolução de possíveis problemas. Pelo contrário, aqueles que têm dúvidas acerca da sua eficácia tendem, nas áreas deficientes, a produzir cenários de fracasso que geram consequências negativas. Este tipo de pensamento intrusivo destrói o uso eficaz das capacidades reais através da dispersão da atenção, que por sua vez faz com que os indivíduos não se centrem na forma de resolver os problemas preocupando-se apenas com as consequências aversivas (Sarason, 1975). Indivíduos com as mesmas capacidades podem ter realizações fracas ou extraordinárias, dependendo das crenças de auto-eficácia que, por sua vez, afectam a maneira como usam as capacidades que possuem.

As pessoas evitam as situações e actividades não porque estejam bloqueadas com ansiedade, mas porque crêem na sua incapacidade para lidar com segurança com essas situações de risco. A auto-eficácia percebida prediz a realização, situação que não se verifica com a ansiedade.

Todos os dados obtidos indicam que a ansiedade e o comportamento de evitamento são co-efeitos da ineficácia percebida de confronto e não estão ligados entre si de forma causal (Bandura, 1988).

AUTO-EFICÁCIA E ANSIEDADE NA CONSULTA PSICOLÓGICA

Como já referimos no início, uma das teorias recentes que se tem mostrado importante para a consulta psicológica tem sido a teoria da Auto-Eficácia de Bandura (1977). Esta teoria assume que todos os processos psicológicos e de mudança comportamental funcionam através da alteração da percepção de auto-eficácia (Bandura, 1977, 1982, 1987).

No campo da psicologia clínica, numerosos métodos têm sido usados no tratamento da ansiedade e respostas de evitamento envolvendo fobias simples (Maddux, Sherer & Rogers, 1982; Bandura et al 1980; Bandura, Adams & Beyer, 1977; Williams & Watson, 1985), agora fobias (Bandura et al, 1980) ou ansiedade social (Schlenker & Leary, 1982; Biran & Wilson, 1981; Maddux, Norton & Leary, 1988).

Técnicas utilizadas como a modelagem, treino de relaxamento, dessensibilização simbólica, reestruturação cognitiva e procedimentos baseados na própria experiência, têm diferentes efeitos nas respostas de ansiedade do indivíduo.

Segundo esta teoria, os nossos estados fisiológicos constituem o principal índice de ansiedade ou medo. No entanto, a ansiedade não activa directamente o comportamento de evitamento: pelo contrário, funciona através da avaliação cognitiva (percepções de auto-eficácia). A ansiedade, sendo medida através da activação emocional, é vista não apenas como uma fonte de informação de eficácia mas também como co-efeito do comportamento de evitamento. Bandura (1978) refere que a direcção pela qual a auto-eficácia influencia a activação emocional é inversa: aumentando a auto-eficácia, diminui geralmente a subsequente activação.

Os resultados positivos que as intervenções terapêuticas podem alcançar, não supõem apenas o remédio de situações ou extinção de disfunções, pretendem também conseguir com que as pessoas possam lidar com situações futuras de forma eficaz. As terapias podem ajudar as pessoas a controlar os acontecimentos das suas vidas, fazendo com que se tornem menos vulneráveis à angústia e debilitação.

O objectivo último deste trabalho consiste em sumarizar a pesquisa de auto-eficácia que directamente se tem desenvolvido como relevante para a consulta psicológica e mais especificamente para situações associadas à ansiedade.

Como já se referiu atrás, as expectativas de auto-eficácia podem ser medidas através de três dimensões: magnitude, força e generalização. Estas dimensões fornecem ao terapeuta métodos úteis de avaliação dos problemas permitindo também avaliar o progresso efectuado.

A **magnitude** de auto-eficácia refere-se ao número de "passos" que as pessoas se julgam capazes de realizar quando confrontadas com uma hierarquia de comportamentos. Por exemplo, uma pessoa que tente deixar de fumar pode acreditar que a abstinência é possível sob certas condições em que se sinta relaxado, mas achar que não o consegue fazer se tiver alguma contrariedade (DiClemente, 1986).

A **força** da expectativa de auto-eficácia refere-se à resolução do indivíduo ou convicção de que consegue realizar determinado comportamento. Retomando o mesmo exemplo, dois fumadores podem achar-se com capacidade de abstinência, mas no entanto um deles ter uma convicção ou confiança mais forte que o outro.

A **generalização** das expectativas de auto-eficácia refere-se à medida em que experiências de sucesso ou de fracasso influenciam a auto-eficácia de uma forma limitada ou circunscrita ou se, pelo contrário, se fazem estender a outros comportamentos e contextos similares.

No que diz respeito às fontes de auto-eficácia, referiremos igualmente as quatro fontes referidas por Bandura (1977). As **experiências pessoais**, como aliás já se referiu, são as fontes de informação mais importantes para as realizações dos indivíduos. Os clientes apresentam-se ao psicoterapeuta ou conselheiro, geralmente devido a um acumular de fracassos percebidos em experiências anteriores, que lhes deu uma ideia de incapacidade de confronto com as situações ou então baixas expectativas de auto-eficácia face a esse confronto. A intervenção em clientes com desordens de tipo fóbico, envolve a prática do cliente com comportamentos alvo (ex: aproximação com objectos temidos), nas sessões e mesmo nas repetições para "casa". A experiência

de realização tem-se mostrado como a fonte de informação de eficácia mais poderosa na mudança de comportamentos de evitamento de tipo fóbico (Bandura, 1987).

As experiências vicariantes são ordenadas em segundo lugar relativamente à influência exercida sobre as expectativas de auto-eficácia. Os efeitos deste tipo de experiências dependem de factores como a semelhança que é percebida com o modelo, o número e a variedade dos modelos, assim como o seu poder percebido (Bandura, 1987). O uso de experiências de tipo vicariante tem sido utilizado essencialmente quando não é possível executar as experiências de forma eficaz.

A persuasão verbal é um elemento praticamente sempre presente em todas as abordagens psicoterapêuticas ou de consulta psicológica. Por exemplo, nas terapias cognitivas ou cognitivo-comportamentais, o terapeuta faz com que o cliente discuta as suas crenças, atitudes e expectativas e assinala a irracionalidade das mesmas, de forma a convencer o cliente de que essas crenças podem ser modificadas. Esta fonte de informação baseia-se em factores como a confiança ou atracção da própria fonte, assim como o crédito na sua competência.

A activação emocional (índices fisiológicos) influencia as expectativas de auto-eficácia quando as pessoas associam os estados emocionais aversivos com as suas fracas realizações, incompetência percebida ou mesmo fracasso percebido. Assim, quando as pessoas sentem ou tomam consciência de um estado fisiológico desagradável, podem duvidar da competência dos seus comportamentos. Técnicas como a utilização de biofeedback, o relaxamento, a dessensibilização sistemática, todas elas envolvem tentativas para reduzir essa activação emocional negativa, de forma a poderem modificar a associação entre a activação emocional e a incapacidade face ao confronto.

Muitas das abordagens terapêuticas envolvem combinações de mais do que uma fonte de informação de auto-eficácia. Por exemplo, o sucesso no tratamento com agorafóbicos

requer uma intervenção aos quatro níveis: (1) activação emocional (ensinar ao cliente técnicas de relaxamento), (2) persuasão verbal (encorajar o cliente a enfrentar as situações alterando-lhes as percepções de tipo "catástrofe"), (3) experiências vicariantes (observar filmes, ou modelos vivos enfrentando as situações aversivas) e (4) experiências de realização (prática actual em enfrentar as situações).

Bandura (1977) apresenta os diversos procedimentos de influência, normalmente usados para reduzir comportamentos de evitamento, apresentando a fonte principal através da qual cada abordagem opera para criar ou aumentar as expectativas de auto-eficácia (ver fig. 2)

Maddux, Stanley e Manning (1987) apresentam e discutem a pesquisa realizada em vários tipos de problemas com os quais se confrontam a maioria dos terapeutas no seu dia a dia, como por exemplo, medos específicos e fobias, ansiedade social, depressão, problemas de dependência e vícios, assim como o comportamento vocacional. Aqui apenas abordaremos as duas primeiras situações por possuírem uma relação mais directa com a experiência de ansiedade.

(1) Medos e fobias: A primeira aplicação da teoria da Auto-Eficácia aos problemas da consulta foi relativa à exploração da relação entre as expectativas de auto-eficácia e o comportamento de evitamento fóbico. Esta pesquisa encontrou consistência para a ideia de que as expectativas de auto-eficácia serem significativos preditores da capacidade dos indivíduos para abordarem estímulos ameaçadores que provocam medo. Este efeito foi encontrado em sujeitos que experienciavam fobias a cobras e aranhas (Bandura et al., 1977; Bandura et al., 1980; Bandura et al., 1982) à altura (Williams & Watson, 1985) ao escuro, e à condução. O efeito foi igualmente encontrado com sujeitos agorafóbicos (Bandura et al., 1980).

As expectativas de auto-eficácia medidas depois do tratamento aparecem como melhores preditores do compor-

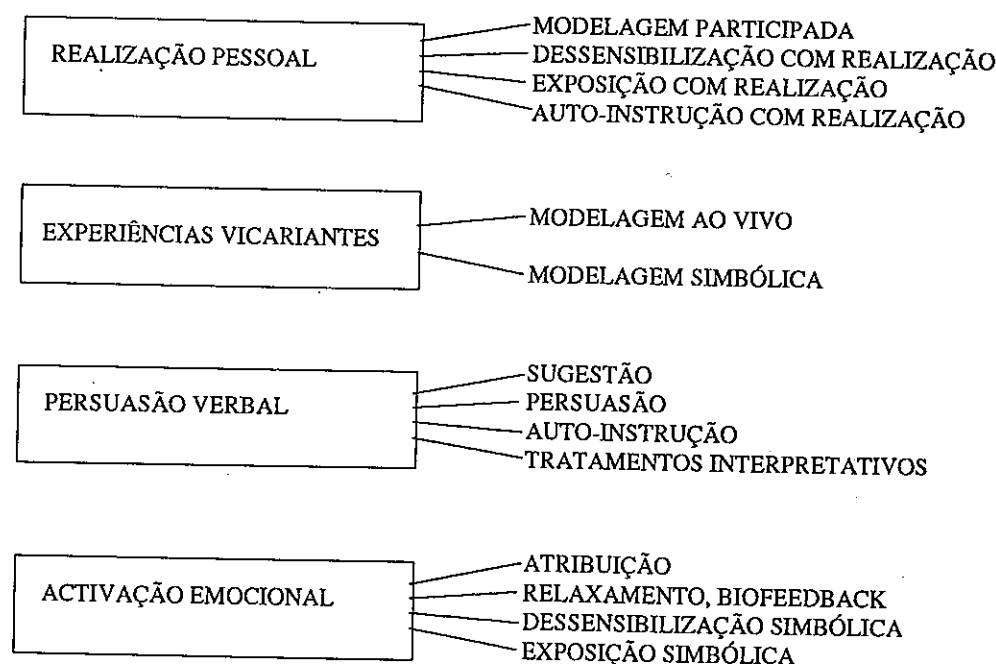


Figura 2 - Apresentação das fontes de informação de auto-eficácia através das quais funcionam as diferentes abordagens terapêuticas (Bandura, 1977).

tamento de evitamento do que o perigo percebido (expectativa de resultado) ou ansiedade subjectiva (Williams & Watson, 1985). Medidas de expectativa de auto-eficácia parecem também prever melhor os comportamentos do que a avaliação do comportamento pós-tratamento (Bandura et al., 1980). Assim, as expectativas de auto-eficácia podem servir como uma medida útil dos resultados da terapia, em adição com as medidas observáveis da mudança comportamental.

(2) Ansiedade social: a ansiedade ou desconforto durante situações sociais ou interpessoais é um problema muito comum de ajustamento comportamental e emocional. O modelo da Auto-Apresentação de Schlenker e Leary (1982), propõe que todas as instâncias da ansiedade social provêm da preocupação relativa ao modo como percebemos e avaliamos os outros. Neste modelo, a ansiedade social ocorre quando estamos motivados para produzir uma impressão particular nos outros mas acreditamos que a probabilidade disso acontecer ser muito baixa. Muita da investigação existente suporta a hipótese da ligação entre preocupações de tipo auto-apresentação e a ansiedade social. Numa elaboração do modelo da Auto-Apresentação, Maddux e colaboradores (1988) demonstraram que a probabilidade subjectiva de se produzir uma impressão desejada pode ser dividida em expectativa de resultado de auto-apresentação (a crença de que certos comportamentos interpessoais, se realizados de forma competente, produzirão os resultados desejados) e as expectativas de eficácia de auto-apresentação (a crença na capacidade de realizar comportamentos interpessoais necessários). Esta distinção tem implicações para os antecedentes situacionais e disposicionais da ansiedade social, para outras reacções afectivas que podem acompanhar a ansiedade social, para as atribuições que as pessoas fazem acerca das causas das suas dificuldades interpessoais e ainda para o tratamento da ansiedade social e inibição. Finalmente, a abordagem da auto-eficácia sugere que experiências sociais bem sucedidas serão as melhores fontes de informação de auto-eficácia para o cliente com ansiedade social, talvez ainda mais importante que o treino específico de competências sociais (Leary & Atherton, 1986).

CONCLUSÃO

Como foi referido na primeira parte deste trabalho,

"entre os distintos aspectos do auto-conhecimento, nenhum influi tanto na vida diária do homem como a opinião que este possui da sua eficácia pessoal. Os aspectos considerados nesta perspectiva são aqueles que fazem referência à forma como o indivíduo julga as suas próprias capacidades e como as percepções de eficácia afectam a sua motivação assim como o seu funcionamento" (Bandura, 1987, p. 416).

Esta teoria propõe a auto-eficácia como um mecanismo cognitivo comum que medeia as respostas comportamentais e sugere que as intervenções terapêuticas, qualquer que seja a sua forma, alteram a magnitude e a força da crença de que os indivíduos podem executar com sucesso certas actividades. A Auto-Eficácia percebida influencia não só a escolha das actividades mas também a persistência dos esforços de confronto face a situações que provocam ansiedade. A auto-eficácia torna-se assim o maior determinante do comportamento (ev-

identemente apenas quando os incentivos e as capacidades necessárias estão presentes).

Por isso, em qualquer actividade, são necessárias, além das capacidades, as crenças pessoais de eficácia que possam garantir o uso eficaz dessas capacidades. Quando as pessoas estão seguras das suas capacidades mostram os seus talentos e esforçam-se por isso; mas, se não se sentem seguras, a tendência será funcionarem deficientemente apesar das suas capacidades (Wood, & Bandura, 1989a, 1989b).

Esta teoria fornece assim, um campo conceptual dentro do qual se exploram os determinantes, os processos e os efeitos da auto-eficácia na determinação pessoal do comportamento. Uma teoria que pode dar resposta a tão diversos fenómenos parece ter um grande poder explicativo, e daí a sua aplicação a diferentes contextos da psicologia.

REFERÊNCIAS

- Ashton, P. (1984). Teacher efficacy: A motivational paradigm for effective teacher education. *J. of Teacher Educ.*, XXXV, 5, 28-32.
- Bandura, A. (1977). Self-Efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84, 191-215.
- Bandura, A. (1982). Self-Efficacy mechanism in human agency. *American Psychologist*, 37, 122-147.
- Bandura, A. (1987). *Pensamiento y acción. Fundamentos sociales*. Barcelona: Ediciones Martinez Roca.
- Bandura, A. (1988). Self-Efficacy conception of anxiety. *Anxiety Research*, 1, pp. 77-98.
- Bandura, A., & Adams, N. E. (1977). Analysis of self-efficacy theory of behavioral change. *Cog. Ther. and Research*, 1, 287-308.
- Bandura, A., Adams, N. E., & Beyer, J. (1977). Cognitive processes mediating behavioral change. *Journal of Personality and Social Psychology*, 35, 125-139.
- Bandura, A., Adams, N. E., Hardy, A. B., & Howells, G. N. (1980). Tests of the generality of self-efficacy theory. *Cognitive Therapy and Research*, 4, 39-66.
- Biran, M. & Wilson, G. T. (1981). Treatment of phobic disorders using cognitive and exposure methods: A self-efficacy analysis. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 49, 886-899.
- DiClemente, C. C. (1986). Self-efficacy and the addictive behaviors. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 4, 302-315.
- Feltz, D. L. (1988). Self-Confidence and sports performance. In K. B. Pandolf (Ed.) *Exercise and Sport Sciences Reviews* (pp. 423-457). New York: MacMillan.
- Gibson, S. & Dembo, M. H. (1984). Teacher efficacy: A construct validation. *Journal of Educational Psychology*, 76, 569-582.
- Gonçalves, O. F. (1990). *Terapia comportamental-Modelos teóricos e manuais terapêuticos*. Porto: Jornal de Psicologia.
- Guskey, T. R. (1987). Context variables that affect measures of teacher efficacy. *Journal of Educational Research*, 81, 41-47.
- Hackett, G. & Betz, N. E. (1981). A self-efficacy approach to the career development of women. *J. of Voc. Behavior*, 18, 326-339.
- Hackett, G. & Betz, N. E. (1989). An exploration of the mathematics self-efficacy/mathematics performance correspondence. *J. for Research in Mathematics Education*, 20, 261-273.
- Leary, M. R., & Atherton, S. C. (1986). Self-efficacy, social anxiety, and inhibition in social encounters. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 4, 258-267.
- Maddux, J. E. Sherer, M. & Rogers, R. W. (1982). Self-Efficacy expectancy and outcome expectancy: Their relationship and their effects on behavioral intentions. *Cognitive Therapy and Research*, 6, 207-211.
- Maddux, J. E., Norton, L. W., & Leary, M. R. (1988). Cognitive

components of social anxiety: An investigation of the integration of self-presentation theory and self-efficacy theory. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 6, 180-190.

Maddux, J. E., Stanley, M. A. & Manning, M. A. (1987). Self-Efficacy theory and research: Applications in clinical and counseling psychology. In J. E. Maddux, C. D. Stollenberg & R. Rosenwein (Eds.), *Social processes in clinical and counseling psychology*. New York: Springer-Verlag.

Nogueira, C. (1991). *Percepções de auto-eficácia: Teoria e investigação em contextos educativos*. Monografia: Universidade do Minho, Braga.

Nogueira, M. C., Cruz, J. F. & Mesquita, A. P. (1988, Junho). *Stress, ansiedade e eficácia nos professores*. Comunicação apresentada na Primeira Conferência Internacional de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano, Porto, Univ. do Porto.

Sarason, I. G. (1975). Anxiety and self-preoccupation. In I. G. Sarason & D. C. Spielberger (Eds.), *Stress and Anxiety* (Vol. 2, pp. 27-44). Washington, DC: Hemisphere.

Schlenker, B. R., & Leary, M. R. (1982). Social anxiety and self-presentation: A conceptualization and model. *Psychological Bulletin*, 92, 641-669.

Schultz, D. (1981). *A history of modern psychology*. N. Y.: Ac. Press.

Schunk, D. H. (1990). Introduction to the special section on motivation and efficacy. *Journal of Educ. Psychology*, 82, 3-6.

Williams, L. S., & Watson, N. (1985). Perceived danger and perceived self-efficacy as cognitive determinants of agrophobic behaviors. *Behavior Therapy*, 16, 136-146.

Wood, R. & Bandura, A. (1989). Effect of perceived controllability and standards on self-regulation of complex decision making. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 805-814.

Wood, R. & Bandura, A. (1989). Impact of conceptions of ability on Self-Regulatory Mechanisms and Complex Decision Making. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 407-415.

ABSTRACT

SELF-EFFICACY THEORY AND ANXIETY: APPLICATIONS IN COUNSELING PSYCHOLOGY

This work presents the essential concepts of Bandura's self-efficacy theory, the conception of anxiety claimed by the author and the application of these concepts to the problem arising psychological consulting for phobic type situations and social anxiety. The emphasis is put on the theory of self-efficacy, its dimensions, its sources of information, its efficacy information processing concluding with the presentation of the anxiety perspective and its application on the psychological consulting, which is one of the varied domains of application of this theory.

RÉSUMÉ

AUTO-EFFICACITÉ ET ANXIÉTÉ: APPLICATIONS À LA CONSULTATION PSYCHOLOGIQUE

Ce travail présente les concepts fondamentaux de la théorie de auto-efficacité de Bandura, la conception d'anxiété proposée par l'auteur et encore l'application de ces concepts à la problématique de la consultation psychologique pour des situations de type phobique et d'anxiété sociale. On privilégie la théorie de auto-efficacité, ses dimensions, ses sources d'information et traitement de l'information de l'efficacité. À la fin, on présente la perspective d'anxiété et son application à la consultation psychologique, un parmi les plusieurs domaines de l'application de cette théorie.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

1. Devem ser enviadas três cópias (incluindo o original) do manuscrito, para o Director, *Jornal de Psicologia*, Rua das Taipas, 76—4000 PORTO.

2. Os manuscritos não devem ordinariamente, ultrapassar as 12-15 páginas, dactilografadas a 2 espaços. Todas as páginas devem ser numeradas sequencialmente. Deve incluir-se um resumo em português, o título do artigo em inglês e em francês, um resumo em inglês (abstract) e em francês (résumé); os resumos devem ter aproximadamente 150 palavras. Quadros, figuras, resumo, abstract, résumé e referências bibliográficas devem ser dactilografadas em páginas separadas.

3. Da primeira página do manuscrito, devem constar as seguintes informações: a) Título do artigo; b) nome(s) e afiliação(ões) institucional(ais) do(s) autor(es); c) morada actual do(s) autor(es).

4. a) Os quadros devem ser numerados sequencialmente e devem ter título. Cada quadro deve constar de folhas separadas, e a sua localização aproximada deve ser indicada por uma linha do texto transcrita em separado (por exemplo: "O Quadro I entra aproximadamente depois da seguinte linha...").

b) Gráficos e outras figuras, também transcritos em folhas à parte, devem ser numerados sequencialmente (ex.: fig. 1, fig. 2, etc.), e a sua localização deve ser indicada de forma idêntica à dos quadros. As figuras devem ser desenhadas nitidamente e cuidadosamente legendadas.

c) Nos casos em que se justifique, o *Jornal de Psicologia* poderá solicitar ao(s) autor(es) uma participação nos custos de reprodução de gravuras.

d) As notas de rodapé, dactilografadas em separado, devem ser reduzidas ao mínimo, e numeradas sequencialmente, sendo publicadas no final do texto.

6. As referências devem ser citadas ao longo do texto (e não em rodapé), constando do nome do autor(es) seguido do ano da publicação entre parêntesis. Por exemplo: "como Piaget (1964) fez notar..." ou "Krohne e Laux (1981) concluíram que...".

A lista de referências bibliográficas deve ser organizada alfabeticamente, tendo o cuidado de sublinhar ou escrever em itálico, respectivamente o: a) Título da revista onde foi publicado o artigo; b) Título do livro; c) Título do livro onde foi publicado o artigo; d) Título da comunicação. Exemplos:

a) Artigos de revista
Abrami, P., Leventhal, L., & Peny, R. (1982). Educational Seduction *Review of Education Research*, 52, 446-464.

b) Livros
Garber, J., & Seligman, M. (1980). *Human Helplessness*. New York: Academic Press.

c) Artigos em livros
Dunklin, M. (1985). Research on teaching in higher education. In M. C. Wittrock (Ed.), *Handbook of research on teaching* (3rd ed.). New York: MacMillan.

d) Comunicações
Margh, H., & Overall, J. (1979). *Validity of students evaluations of teaching*. Comunicação apresentada no Encontro Anual da American Educational Research Association, San Francisco.

Em caso de dúvida, os autores deverão consultar o APA Publishing Manual, 3rd edition (1983).

7. São gratuitamente fornecidas ao(s) autor(es) duas cópias do número do jornal em que saíu o respectivo artigo e dez separatas do mesmo. Outras impressões dos artigos são fornecidas ao preço de custo mais encargos postais, se forem requisitadas quando o manuscrito é publicado.

8. Qualquer manuscrito que não obedeça às instruções acima referidas, é passível de ser devolvido para a necessária revisão antes de ser publicado.

9. Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

10. Após a sua publicação no J.P. os artigos ficam a ser propriedade deste.

UM MODELO DE ESTRUTURA COGNITIVA: ESTUDO EXPERIMENTAL DE VALIDAÇÃO

TERESA FREIRE (*)
LEONOR LENCASTRE (**)
DUARTE COSTA PEREIRA (***)

UNIVERSIDADE DO PORTO

Este trabalho tem como objectivo primordial a realização de um estudo experimental de validação de um modelo de estrutura cognitiva de processamento de textos, de Costa Pereira, Alves e Lencastre (1985, 1987, 1989) e Lencastre (1986), modelo este que pretende esclarecer de alguma forma o processo de compreensão, analisando as alterações que ocorrem na estrutura cognitiva de um sujeito quando este procede à leitura de um texto.

Realizaram-se duas experiências, uma relativa à memória operatória e outra relativa à memória a longo prazo semântica. Para além do estudo relacionado com cada uma das experiências, pretendeu-se essencialmente desenvolver um estudo comparativo dos resultados obtidos em cada uma das experiências. Este estudo comparativo torna-se importante na medida em que as duas experiências foram realizadas por um mesmo sujeito.

Os resultados apontam para a validade do modelo, tendo sido possível concluir concretamente acerca da validade de um parâmetro, mais relacionado com a memória operatória: "capacidade do ciclo de processamento"

INTRODUÇÃO

O estudo efectuado insere-se no domínio da Psicologia Cognitiva e Inteligência Artificial, baseando-se no Modelo de Processamento Cognitivo de Textos proposto por Pereira, Alves e Lencastre (1985, 1987, 1989) e Lencastre (1986) que pretende contribuir para o esclarecimento do processo de compreensão, encarado segundo o paradigma do processamento da informação.

Este modelo analisa as alterações que ocorrem na estrutura cognitiva de um sujeito quando este procede à leitura de um texto. A principal fonte de inspiração deste modelo é a teoria de Kintsch (Kintsch, 1983) Kintsch e Van Dijk, 1978; Kintsch e Vipond, 1979) que é de todos os modelos globais de compreensão com preponderância psicológica, aquele que

apresenta uma maior preocupação com os problemas do processamento cognitivo de textos, de estruturas cognitivas e produção de discurso.

As experiências realizadas no âmbito deste trabalho seguiram uma metodologia semelhante à que foi utilizada pelos autores em experiências anteriores (ver Lencastre, 1986, 1989), pelo que não será aqui desenvolvida.

Foram realizadas duas experiências, uma relativa à memória operatória e outra relativa à memória semântica. A realização destas duas experiências torna-se importante, quando se concebe que o processamento da informação não se dá de forma compartimentada mas engloba necessariamente todo o sistema mental, inserindo-se aqui os vários tipos de memória. O modelo pressupõe que a árvore proposicional que num dado momento se encontra na memória operatória e forma um ciclo de processamento, é copiado para um tipo de memória mais permanente, a memória a longo prazo episódica e memória a longo prazo semântica. Neste sentido, os resultados obtidos a propósito de um tipo de memória deverão ir de encontro aos resultados obtidos para o outro tipo de memória. Tal deverá ser tanto mais verificado se se estiver a estudar um mesmo sujeito relativamente à sua estrutura cognitiva, o que foi feito no presente estudo. A obtenção de resultados convergentes nas duas experiências será um bom indicador da validade do modelo e da sua coerência interna, salvaguardando no entanto o carácter intrasujeito do estudo efectuado. Neste sentido o objectivo deste estudo não é o de realizar uma análise diferencial com o intuito de determinar a estrutura das memórias operatória e a longo prazo semântica do ser humano mas

(*) Assistente Estagiária da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

(**) Assistente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

(***) Prof. Associado com Agregação da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

A correspondência para este artigo deve ser enviada para: Leonor Lencastre, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua das Taipas, 76, 4000 PORTO.

conceber uma simples hipótese, coerente, de funcionamento da memória humana.

Embora não se refira a metodologia de cada uma das experiências, estas são apresentadas separadamente de acordo com os seus objectivos e análise dos resultados. Apenas para a experiência da memória a longo prazo se apresenta resumidamente o procedimento efectuado pois introduziu-se algumas alterações relativamente às anteriores experiências dos autores. A análise global e comparativa dos dois tipos de resultados é efectuado num ponto à parte.

Ambas as experiências foram realizadas por um mesmo sujeito, do sexo masculino, voluntário, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, de 19 anos de idade, do 1º ano do respectivo curso.

EXPERIÊNCIA RELATIVA À ESTRUTURA DA MEMÓRIA OPERATÓRIA

Objectivos

Esta experiência tem por objectivo testar apenas concepções sobre a estrutura da memória operatória. Uma das suposições básicas é a de que os tempos de reconhecimento das proposições que constituem uma base de texto indicariam o nível dessas proposições na memória operatória, obtendo-se possivelmente um ponto de inflexão entre os tempos de reconhecimento das proposições contidas na memória operatória e os tempos de reconhecimento das proposições contidas na memória a longo prazo. Os valores positivos dos tempos de reconhecimento padronizados identificariam proposições da memória a longo prazo (com valores de x elevados, na condição $N-x$), e os negativos proposições da memória operatória (com valores de x pequenos, na condição $N-x$). Supõe-se assim

que, quando representados graficamente, esses tempos formam dois patamares.

Apresentação e Análise dos Resultados

Os valores obtidos pelo sujeito relativos à determinação do tempo de leitura, caracterizam-no como tendo um estilo de leitura misto, isto é, umas vezes faz a leitura por sílabas e outras por palavras (ver Costa Pereira et al. 1990)).

A padronização dos tempos de reconhecimento das proposições testadas para este sujeito e a sua ordenação tendo em conta a respectiva condição (distância que vai à última proposição lida no ensaio, medida em número de proposições) permitiu a obtenção do seguinte gráfico.

A análise do gráfico deve ser feita tendo em conta que no eixo das abcissas aparecem os valores de x na condição $N-x$, em que x representa a distância que vai à última proposição lida no ensaio, medida em número de proposições, e no eixo das ordenadas os tempos de reconhecimento padronizados. Assim o estudo da representação gráfica permite verificar que dos 7 pontos abaixo da média, 5 correspondem a proposições cujo valor de x da sua condição $N-x$ toma um valor pequeno e existem também 5 pontos acima da média que correspondem a valores de x ligeiramente mais altos. Neste sentido, pode dizer-se que existe uma certa tendência para se encontrarem valores positivos dos tempos de reconhecimento padronizados com valores de x elevados na condição $N-x$, que identificariam então proposições da memória a longo prazo e valores negati-

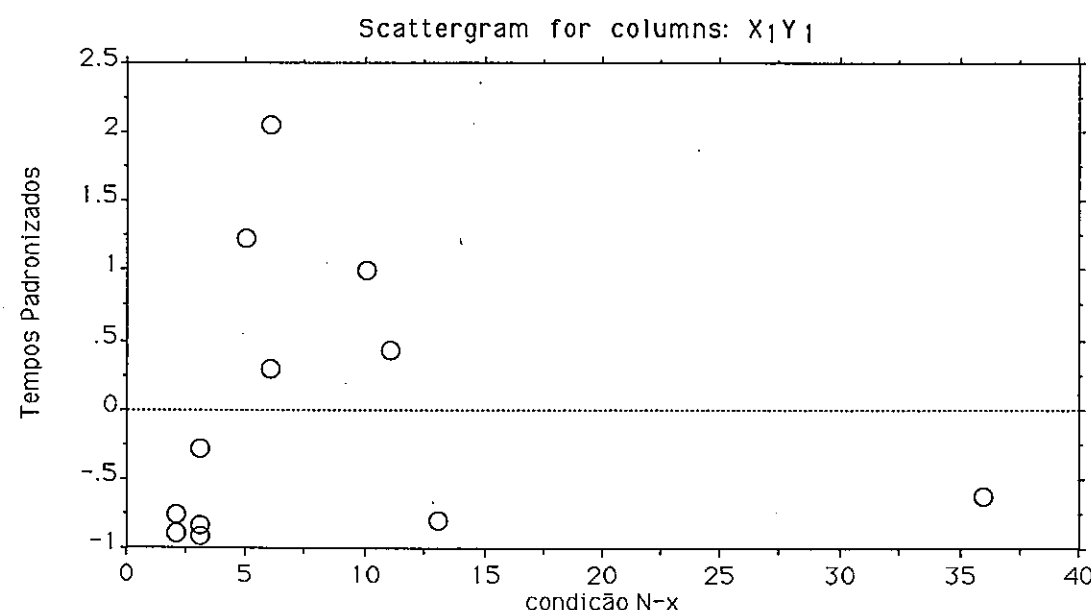


Figura 1 - Representação gráfica dos tempos de reconhecimento das proposições testadas, tendo em conta as respectivas condições.

vos para proposições da memória operatória, com valores de x pequenos na condição $N-x$. Estes resultados vão no sentido da hipótese colocada inicialmente, embora não sendo quantitativamente significativos para se falar numa verificação dessa hipótese. Ainda o facto de haver uma variação dos tempos de reconhecimento dentro das proposições que supostamente fazem parte da memória operatória ou da memória a longo prazo vem de encontro a outro aspecto preconizado pelo modelo: o de que as proposições se distribuem de uma forma hierárquica, estando aqui em causa o aspecto da representação do conhecimento. Porque nessa estrutura hierárquica as proposições se distribuem por diferentes níveis, existe uma variação dos tempos de reconhecimento, estando aqui bem presente a relação estreita entre formato de representação e processamento da informação.

Partindo do princípio de que a distribuição dos tempos de reconhecimento em dois patamares deve dar indicação quanto à capacidade da memória operatória, pode-se dizer, para este sujeito, que o limite de capacidade da sua memória operatória é aproximadamente de 3 proposições, já que é este o mais alto valor de x (ver fig. 1) para o qual ainda se obtém valores dos tempos de reconhecimento padronizados negativos, à excepção dos dois outros casos, com valores de x muito maiores.

Estes dois valores parecem contradizer a hipótese inicialmente formulada, pois, tempos que se esperavam longos, por estarem supostamente na memória a longo prazo (apresentando valores de x elevados na respectiva condição) revelaram-se curtos (tempos padronizados negativos). Podem, no entanto, apresentar-se algumas explicações hipotéticas para este tipo de resultados. Uma explicação possível é a de que a memória operatória possui um "buffer" que faz permanecer nessa memória um certo número de proposições, para garantir a ligação entre os vários ciclos de processamento. Como essas proposições não são abrangidas pelo processo de obscurecimento, podem permanecer durante vários ciclos na memória operatória, estando "activadas" ao longo de todo o processamento, o que justificaria os tempos obtidos. Geralmente as proposições que fazem parte do "buffer" podem estar destinadas a representar o objectivo de leitura. Neste sentido estas duas proposições podem reflectir de algum modo o objectivo de leitura do sujeito relativamente aos conteúdos que vai processando à medida que lê o texto.

Uma outra explicação tem a ver com o processo de repescagem, segundo o qual há proposições que são repescadas da memória a longo prazo, para a memória operatória, garantindo desta forma a coesão das árvores da memória operatória que se formam no fim de cada ciclo de processamento.

Como conclusão, parece que os resultados obtidos nesta experiência podem de algum modo ser explicados através do modelo de processamento de textos em estudo, embora com esta experiência e de acordo com a metodologia utilizada não se possa tirar conclusões acerca da validade da existência dos vários parâmetros específicos a que o modelo se refere, podendo apenas levantar-se hipóteses conclusivas acerca do parâmetro capacidade do ciclo de processamento. Só através de um procedimento de validação próprio se poderia realizar uma análise mais pormenorizada dos restantes parâmetros.

Será importante agora ver até que ponto os resultados obtidos nesta experiência podem ser também explicados pelos resultados que se vão obter com a experiência relativa ao

estudo da memória semântica.

EXPERIÊNCIA RELATIVA À ESTRUTURA DA MEMÓRIA A LONGO PRAZO SEMÂNTICA

Objectivos e procedimento

Esta experiência visa uma tentativa de validação da estrutura da memória permanente, resultante do processo simulado de leitura, segundo o modelo de processamento de textos em estudo. É especificamente sobre a estrutura da memória a longo prazo semântica que esta experiência se desenvolve.

A estrutura da memória a longo prazo semântica foi analisada por um processo de optimização do isomorfismo entre a estrutura simulada da memória a longo prazo semântica, e a que suponha ser a estrutura real dessa mesma memória. As estruturas simuladas da memória a longo prazo semântica, que são comparadas, pelo programa Masvar (ver Costa Pereira et al., 1989), com a suposta estrutura real dessa memória, foram obtidas fornecendo ao programa Masvar as entradas necessárias para fazer correr o programa de simulação- Master (Costa Pereira et al., 1989).

Uma vez que o programa Masvar só permite variar um parâmetro de cada vez, inicialmente os parâmetros discretos apresentaram valores medianos. No que diz respeito aos parâmetros contínuos, partiu-se de um grau de estilo cognitivo de 0.1 (este parâmetro varia entre 0;1) e de um factor de decaimento de 0.1 (este parâmetro varia entre 0;1).

A ordem de variação dos parâmetros foi a seguinte:

- 1º Capacidade do ciclo de processamento
- 2º Capacidade do "buffer"
- 3º Capacidade de compactação
- 4º Grau de estilo cognitivo
- 5º Factor de decaimento

Uma vez que a ordem de variação dos parâmetros é um aspecto muitíssimo importante na obtenção do isomorfismo máximo entre as duas estruturas cognitivas da memória semântica - a real e a simulada - variaram-se os parâmetros por outras ordens. Além disso alteraram-se também os passos de variação e limite de variação

Para além do aspecto da variação dos parâmetros, testou-se primeiramente o estilo cognitivo do sujeito, utilizando-se a partir daí o mesmo estilo cognitivo em todo o tipo de variações a fazer.

Assim podemos resumir o procedimento da seguinte forma:

- numa primeira fase, partiu-se de valores medianos, utilizando-se passos de variação que diminuíam os valores dos parâmetros até um limite mínimo estabelecido, testando-se primeiramente se se tratava de um sujeito com estilo cognitivo concentrador ("focuser") ou dispersivo ("scanner") e ainda, se relativamente à estratégia de leitura, se tratava de um leitor sintético ou de um leitor analítico (ver noção de estilo cognitivo e noção de estratégia de leitura em Costa Pereira et al., 1989 a)).
- numa segunda fase, partiu-se de valores medianos mas utilizando passos de variação para aumentar os valores dos parâmetros até um limite máximo estabelecido.
- numa terceira fase, fez-se variar os parâmetros por

diferentes ordens. Para cada uma partia-se novamente dos valores medianos, pois só assim se poderia concluir acerca da influência da ordem de variação nos resultados obtidos

Apresentação e Análise dos resultados

Tal como já referido, os valores iniciais de que se partiu para os vários parâmetros foram valores medianos:

- 1- capacidade do ciclo de processamento: 7
- 2- capacidade do "buffer" (leading edge): 3
- 3- capacidade de compactação: 5
- 4- grau de estilo cognitivo: 0.1
- 5- factor de decaimento: 0.1

A ordem pela qual se começou a variar os parâmetros foi: 1,2,3,4,5. Num primeiro momento fez-se duas execuções semelhantes variando apenas o tipo de estilo cognitivo. A distância mínima obtida entre as duas matrizes de "forças" de ligação dos conceitos da memória semântica, real e simulada, foi para o estilo concentrador. A partir deste ponto considerou-se o sujeito como tendo um estilo cognitivo concentrador, mantendo-se assim este parâmetro constante ao longo de todas as variações.

Relativamente à estratégia de leitura, comparando os valores obtidos para leitor sintético ou analítico, verifica-se que a distância é mínima quando se trata de um leitor sintético.

Partindo novamente de valores medianos, mas mantendo constantes os parâmetros relativos ao estilo cognitivo e estratégia de leitura, fez-se variar os passos de variação de forma a ir aumentando os valores dos parâmetros. Comparando a distância obtida com estes passos de variação, com a que foi obtida quando os passos de variação levavam a um decréscimo dos valores dos parâmetros, verifica-se que a menor distância é obtida para o caso em que o sujeito tem estilo concentrador, caracteriza-se por ser um leitor sintético e os parâmetros apresentam os seguintes valores: capacidade do ciclo de processamento: 1; capacidade do "buffer" (leading edge): 1; capacidade de compactação: 1; grau de estilo cognitivo: 0.9; factor de decaimento: 0.1

Quando se fez variar a ordem de variação dos parâmetros verificou-se que a mais pequena distância foi obtida com a ordem 3, 1, 2, 4, 5.

A distância obtida com esta ordem foi a mesma que se obteve com a ordem 1, 2, 3, 4, 5. Neste sentido, e na perspectiva deste modelo, pode então dizer-se que este sujeito possui um estilo cognitivo concentrador de grau elevado (grau de estilo cognitivo-concentrador 0.90), ou seja ao fazer a leitura do texto reforça ao máximo as ideias que já possuía na memória a longo prazo semântica, e menospreza a informação nova. Efectua o processamento da informação do texto de forma microproposicional, não agrupando mais do que uma microproposição numa só macroproposição (capacidade de compactação de 1). Relativamente à estratégia de leitura que aparece associada à capacidade de compactação, este sujeito revelou-se como sendo um leitor sintético, ou seja, não processa as microproposições subordinadas que ultrapassam o limite da capacidade de compactação, perdendo-as.

Uma hipótese que se poderia levantar é a da existência de alguma correlação entre os vários parâmetros analisados, isto é, será que tendo o sujeito um estilo cognitivo concentrador

isso não irá de algum modo influenciar a sua estratégia de leitura? Neste sentido se o sujeito tiver tendência para dar mais importância às ligações da memória operatória do que reforçar ligações já existentes na memória a longo prazo semântica, talvez não faça um tipo de leitura que permita a formação de novas macroproposições com as que ultrapassam a capacidade de compactação (leitor analítico), já que dessa forma poderia haver a formação de novas ligações entre conceitos da memória a longo prazo semântica (estilo cognitivo dispersivo). Este aspecto só poderia ser verificado utilizando vários sujeitos, de forma a poder efectuar-se um estudo de correlações entre os vários parâmetros.

Ainda relativamente aos resultados obtidos, vemos que o sujeito processa de cada vez 2 microproposições (capacidade da memória operatória) reservando 1 delas para fazer a ligação entre os vários ciclos de processamento (capacidade do ciclo de processamento- 2 e capacidade do buffer- 1). Finalmente o conteúdo da memória episódica, "forças" que ligam as proposições, é afectada após cada ciclo de processamento por um factor de decaimento de 0.10 (sendo 1 o decaimento máximo).

Fazendo uma análise comparativa dos valores dos parâmetros obtidos, parece não haver uma discrepância desses valores em termos de explicação lógica, ou seja, não aparecem valores incompatíveis entre si, o que pode de alguma forma revelar uma certa consistência interna do modelo. Aliás a própria ordem de variação não afecta substancialmente os resultados obtidos, pois apesar de haver uma certa variação há simultaneamente uma tendência para os valores dos parâmetros variarem dentro de certos limites. No entanto, é de salientar concretamente dois destes parâmetros pelo tipo de valores que apresentaram: o parâmetro estilo cognitivo, manteve-se sempre constante apesar de todas as variações efectuadas, podendo falar-se numa validação deste parâmetro. Já o parâmetro que mais variações sofreu e para o qual a ordem de variação parece ter alguma influência, foi o factor de decaimento, que oscilou entre 0.1 e 0.9. Os dois valores mais altos obtidos para esse parâmetro (0.7 e 0.9) ocorreram quando o parâmetro estilo cognitivo variava antes do factor de decaimento, o que parece ser um aspecto a ter em conta em estudos futuros.

Um outro aspecto a realçar tem a ver com os resultados obtidos quando se utilizou passos de variação que levavam a um aumento dos valores dos parâmetros. Foi neste caso que se obteve a maior distância entre as duas matrizes o que também se torna importante analisar, sobretudo quando se contrapõe estes resultados com os que foram obtidos com o outro tipo de passos de variação. Partindo do princípio que os valores dos parâmetros obtidos para uma distância mínima são os que caracterizam o sujeito (já que é maior o isomorfismo entre a estrutura real e a simulada), valores que se distanciam muito desses valores supostamente reais, devem também apresentar uma distância maior entre as duas matrizes de forças de ligação dos conceitos da memória semântica, a real e a simulada, tendo sido isto o que aconteceu relativamente aos dois tipos de resultados que se está a comparar. Então estas diferenças nos resultados reforçam também a ideia da consistência interna deste modelo.

Torna-se agora importante analisar estes resultados, relativos à estrutura cognitiva do sujeito, em consonância com os resultados da experiência relativa aos tempos de reacção para ver até que ponto os dois tipos de resultados vão ou não no mesmo sentido.

CONCLUSÕES GERAIS

O trabalho efectuado englobou quer o estudo da memória operatória quer o da memória a longo prazo semântica, num sentido de completar o próprio estudo da memória operatória. Pretendeu-se também proceder a um estudo de validação global do modelo através do estudo de um mesmo sujeito, nas duas experiências realizadas. Neste estudo complementaram-se as duas experiências e respectivos resultados, utilizando critérios de validação internos e externos, estando aqui o aspecto fundamental para proceder a um estudo de validação global do modelo. Simultaneamente está presente a ideia de que o processamento da informação não se dá de forma compartimentada mas engloba todo o sistema cognitivo.

Relativamente a cada uma das experiências poderia fazer-se outro tipo de análise ou levantar-se outro tipo de questões, diferentes das que foram efectuadas, nomeadamente questões relativas à metodologia utilizada. No entanto, e tal como já foi referido, pretendia-se realizar o estudo de validação, utilizando a própria metodologia já utilizada pelos autores em estudos anteriores. Isto não quer dizer que não se esteja atento aos aspectos metodológicos, vendo quais os que se realçam ao longo de vários estudos; no entanto esse tipo de discussão sai fora do âmbito do presente estudo. Nesta terceira parte pretende-se, então, proceder a uma análise comparativa dos resultados obtidos nas duas experiências, para os parâmetros em que tal análise é possível. É importante lembrar que está em estudo um mesmo sujeito, o que logo à partida é um factor que permite testar a consistência do modelo.

A análise dos resultados da primeira experiência permite levantar a hipótese de que o sujeito tem uma capacidade de ciclo de processamento de três proposições, reservando (possivelmente) duas para fazer a ligação entre os vários ciclos de processamento (capacidade do "buffer"). Se, de acordo com o modelo, se supuser que as árvores que se formam na memória operatória relativas a cada ciclo de processamento, são registadas na memória a longo prazo semântica, seriam estes os resultados a obter na experiência da memória semântica. Nesta, o sujeito caracteriza-se como processando de cada vez duas proposições, reservando uma delas para permanecer no "buffer". Estes resultados, embora não coincidindo totalmente, são bastante similares, podendo falar-se numa validação do parâmetro "capacidade do ciclo de processamento". Quanto ao parâmetro "capacidade do buffer", teria ainda que se realizar um estudo específico de validação para chegar a alguma conclusão.

Estes resultados vêm confirmar a importância da realização de duas experiências por um mesmo sujeito quando está em causa a validação do modelo. Além disso realça-se também o facto de que o processamento cognitivo engloba todo o sistema mental, já que foi possível conjugar alguns dos resultados relativos à memória operatória com os relativos à memória a longo prazo semântica. Neste sentido reforça-se também a ideia de que não tem sentido estudar o aspecto da representação e o aspecto do processamento da informação como independentes um do outro: o tipo de processamento que o sujeito realiza está necessariamente relacionado e é condicionado pelo tipo de formato(os) que se concebe(m) para a representação da informação.

Os resultados das duas experiências apontam para uma confirmação da validade do modelo, tudo levando a pensar que

o modelo contribui realmente para o esclarecimento do processo de compreensão, encarado segundo o paradigma do processamento da informação

No entanto, embora os resultados obtidos quer numa ou outra experiência apontem para validação do modelo, tal não invalida a necessidade de se realizar outras experiências que visem concretamente a validação de parâmetros específicos. Ao efectuar este tipo de experiência seria importante que estivesse sempre presente o estudo de um mesmo sujeito, realizando-se sempre simultaneamente duas experiências: uma em que se utiliza um critério externo e outra em que se utiliza um critério interno (a matriz das forças de ligação entre conceitos obtida pelo programa Slave que é essencialmente baseado no programa de simulação de leitura, Master). Só desta forma o estudo de validação fica completo. A realização de várias experiências deste tipo permitiria então chegar a uma conclusão definitiva acerca do modelo em questão, podendo talvez falar-se numa análise diferencial com o intuito de determinar a estrutura das memórias operatória e a longo prazo semântica, e não só numa simples hipótese coerente, de funcionamento da memória humana.

REFERÊNCIAS

- Costa Pereira, D., Alves, C., Lencastre, L. (1987). Um modelo da estrutura cognitiva, *Jornal de Psicologia*, 6, 5, 3-8.
- Costa Pereira, D., Alves, C., Lencastre, L. (1989). Um modelo da estrutura cognitiva-optimização dos parâmetros da memória semântica, *Jornal de Psicologia*, 8, 2, 14-18.
- Costa Pereira, D., Lencastre, L., Alves, C. (1990). Um modelo da estrutura cognitiva- validação dos parâmetros da memória operatória. *Jornal de Psicologia*, 9, (1), 14-20.
- Lencastre, L. (1986). Representações e processos cognitivos. Estudo sobre a validação de um modelo de processamento de textos. Tese de dissertação apresentada às provas de Aptidão Pedagógica. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
- Pereira, D.J.V.C., Alves, C.A.M., Lencastre, L.M.F.Q. e Cardoso, I.G. (1985). A estrutura cognitiva e o processamento de textos- Modelo de computador, em J.F. Cruz, L.S. Almeida, O.F. Gonçalves (Eds), *Intervenção Psicológica na Educação*, Porto: Associação de Licenciados em Psicologia.
- Kintsch, W., Van Dijk, T. (1978). Toward a model of text comprehension and production, *Psychological Review*, 85, 5, Sept..
- Kintsch, W., Vipond, D., (1979). Reading comprehension and readability in educational practice and psychological theory. In Lars-Goran Nilsson (Ed) *Perspectives on Memory Research*, New Jersey: Erlbaum, 329-365.
- Kintsch, W., Van Dijk, T. (1983). *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press.

ABSTRACT

A MODEL OF COGNITIVE STRUCTURE: AN EXPERIMENTAL STUDY OF VALIDATION

This is an experimental study about the validation of a model of cognitive structure from Costa Pereira, Alves and Lencastre (1985, 1987, 1989) and Lencastre (1986) which analyses the modifications in cognitive structure when someone reads a text. Two experiments are made: one related to working memory and another one related to semantic memory. We also made a comparative study with the results obtained from the two experiments

because the same subjects were used in the experiments. Results indicate the validation of the model and particularly we could conclude about the validation of a parameter from the working memory: "the capacity of the processing cycle".

RÉSUMÉ

UN MODELE DE STRUCTURE COGNITIVE: ÉTUDE EXPERIMENTALE DE VALIDATION

On présente une étude expérimentale de validation d'un

modèle de structure cognitive de Costa Pereira, Alves et Lencastre (1985, 1987, 1989) et Lencastre (1986) qui a pour but d'éclairer le processus de compréhension en analysant les modifications qui se mettent en place dans la structure cognitive du sujet pendant la lecture d'un texte. On a réalisé deux expériences, une pour la mémoire opérative et une autre pour la mémoire sémantique. En plus, on fait une étude comparative des résultats obtenus à la suite de chaque expérience réalisée. Cet étude comparative est importante une fois que les expériences sont réalisées par le même sujet. Les résultats montrent la validité du modèle et on a pu conclure aussi sur la validité d'un paramètre de la mémoire opérative: "La capacité du cycle de traitement de l'information".

VÁRIA

PROTOCOLO ENTRE A UNIVERSIDADE DO MINHO E A DIRECÇÃO GERAL DOS SER- VIÇOS PRISIONAIS

Com a presença de Sua Exci^a o Secretário de Estado da Justiça, Dr. Borges Soeiro, foi firmado no passado mês de Fevereiro, um protocolo de colaboração entre o Serviço de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano e o Laboratório de Psicologia da Universidade do Minho com a Direcção Geral dos Serviços Prisionais. A cerimónia decorreu no Salão Nobre da Reitoria da Universidade do Minho, tendo o seu vice-reitor Prof. Doutor Vitor Aguiar e Silva enaltecido a importância de que se revestia o presente acto pelas suas repercussões no âmbito comunitário local, enquanto que o Director Geral dos Serviços Prisionais, Dr. Fernando Duarte, ainda que visivelmente satisfeito por mais este "acto de abertura das prisões", preferiu dar a palavra ao Secretário de Estado ali presente. O Dr. Borges Soeiro, numa breve mas significativa alocução, referiu-se à importância da investigação e intervenção psicológicas em meio prisional, acentuando sobretudo o papel a desenvolver junto do homem recluso.

O texto do protocolo, assente sobretudo nos vectores da formação, da investigação e da intervenção no sistema prisional, parece assim constituir um meio de cultura adequado à germinação de vários projectos de carácter regional e nacional em que a Psicologia e a Justiça aparecem ligadas.

A assinar a assinatura do protocolo estiveram vários docentes da Universidade do Minho, entre os quais o Director do Departamento de Psicologia, Prof. Doutor Artur Mesquita, o vice-

presidente do Instituto de Educação, Prof. Doutor Alte da Veiga, representantes dos órgãos do poder local, alunos e elementos da comunicação social.

PÓS-GRADUAÇÃO EM TOXICODPENDÊNCIAS E CRIMINOLOGIA NA UNIVERSIDADE DO PORTO

Encontram-se a decorrer na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto dois cursos de Pós-Graduação organizados pelo Centro de Psicologia do Comportamento Desviante, cuja coordenação está a cargo do Prof. Doutor Cândido da Agra.

Tal como a Pós-graduação em Psicologia Legal iniciada em finais do ano passado pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada, estes cursos surgem, para dar resposta a um crescente pedido por parte de profissionais a trabalhar nestes domínios que assim pretendem valorizar a sua prática através de um aprofundamento de conhecimentos teóricos e técnicos nestas áreas.

Abertos a todos os licenciados com prática profissional no domínio dos comportamentos desviantes, os cursos estão estruturados sob a forma de módulos independentes permitindo assim uma maior flexibilidade por parte dos interessados na sua frequência. A grande adesão verificada testemunha não só a importância de tais iniciativas como igualmente a necessidade de formação sentida por aqueles que fazem destes domínios do comportamento desviante a sua prática profissional.

ANÁLISE BIOENERGÉTICA (A.B.)

A *Análise Bioenergética* é uma abordagem psicológica da pessoa humana. No seu percurso diagnóstico e terapêutico analisa os processos psíquicos e somáticos do indivíduo, considerando ambos como parte integrante de um organismo. A *Análise Bioenergética* foi fundada pelo Dr. A. Lowen, a partir da teoria de W. Reich. O Dr. Lowen é médico psiquiatra, tem 81 anos e é o Director Executivo do IIBA - INTERNATIONAL INSTITUTE FOR BIOENERGETIC ANALYSIS (Nova York). O IIBA coordena a formação em *Análise Bioenergética*, promove congressos e simpósios internacionais e edita a revista *BIOENERGETIC ANALYSIS*.

Estão abertas inscrições para psicólogos e médicos que desejem seguir formação em A.B. e ser certificados como analistas bioenergéticos.

A Formação é assegurada por formadores do IIBA e pela APAB (Associação Portuguesa de Análise Bioenergética).

Para mais informações contactar por escrito para a:

APAB Associação Portuguesa de Análise Bioenergética
Lg^o Frederico de Freitas, 16-clv
2795 CARNAXIDE

BOAS FÉRIAS

COM O

JORNAL DE PSICOLOGIA

REUNIÕES CIENTÍFICAS

PREVENÇÃO

Realizou-se no Auditório do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, nos passados dias 28, 29 e 30 de Outubro de 1991, o 3º Colóquio de Psicologia Clínica que elegeu como temática dominante a "PREVENÇÃO". Sem dúvida que feliz na escolha do tema, não só pela sua actualidade como também pela sua acuidade, a Comissão Organizadora desta iniciativa soube construir um programa diversificado e abrangente dos vários domínios onde uma prevenção pode e deve ser encarada. Tivemos assim a oportunidade de ouvir falar acerca da Prevenção no Trabalho, na Prevenção em Saúde Mental, na Prevenção da Toxicodpendência, na Prevenção da SIDA, na Prevenção na Primeira Infância e na Prevenção em torno de fenómenos relacionados com o desvio social, sobretudo a delinquência, a par de outras intervenções que tomaram apenas como ponto de partida a problemática da prevenção em geral e do papel dos vários actores/técnicos sociais nesse domínio. De salientar, igualmente, a presença de especialistas estrangeiros neste âmbito, nomeadamente o Prof. Richard Price (Univ. de Michigan) e o Prof. George Albee (Univ. de Vermont) que trouxeram importantes contributos de alcance, teórico e técnico plenos de actividade.

Estão pois de parabéns os organizadores, já que a adesão que se verificou ao Colóquio, foi não só testemunho do interesse que o tema suscitava mas igualmente reconhecimento pelo elevado nível científico do programa que promoveram.

Rui Abrunhosa Gonçalves

CLÍNICOS GERAIS EM VIDEOCONFERÊNCIA DEBATE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA DEPRESSÃO

A importância de um diagnóstico precoce e correcto da depressão e o debate das perspectivas terapêuticas que se abrem aos clínicos gerais no tratamento desta doença foram o tema de uma video-conferência que se realizou re-

centemente com a presença de alguns dos mais reputados especialistas portugueses.

Com seis centros nacionais (Braga, Porto, Coimbra, Lisboa, Beja e Funchal), esta video-conferência reuniu cerca de 600 clínicos gerais e médicos de família.

No Porto estiveram presentes o Professor João Barreto e o Dr. Medeiros Paiva, enquanto que em Coimbra estiveram o Professor João Relvas e o Dr. Brás Saraiva. Lisboa contou com a presença da Professora Luísa Figueira e do Dr. José Manuel Jara. Em Braga esteve o Dr. Bessa Peixoto, em Beja o Dr. Fernando Areal e no Funchal o Dr. Luís Filipe Santos.

Os seis centros estiveram ligados entre si e os médicos presentes puderam colocar questões aos oradores.

Cerca de 20% da população sofre de depressão, embora a grande maioria destes doentes tenha muita dificuldade em reconhecer os seus sintomas e procurar ajuda especializada. Assim, o médico de família é o primeiro a deparar com este tipo de situação, necessitando de possuir uma sensibilidade para proceder ao diagnóstico correcto e informação detalhada sobre as possibilidades terapêuticas ao seu dispor.

Antes de mais, torna-se necessário determinar se se está perante uma enfermidade puramente do foro psiquiátrico ou se há patologias orgânicas a ter em conta. Só assim se poderá proceder ao acompanhamento destes pacientes.

O recurso à psicoterapia é obviamente uma forma de tratamento da depressão, mas os mais recentes avanços científicos permitem, hoje em dia, a utilização de psicofármacos cada vez mais seguros e eficazes. Na realidade a nova geração de anti-depressivos serotoninérgicos, dos quais se destaca a fluvoxamina, permite a redução dos défices de serotonina no cérebro, substância que está directamente ligada às perturbações de humor associadas a situações depressivas. A fluvoxamina permite não só a recuperação dos sentimentos depressivos, como alivia rapidamente os sintomas somáticos da doença aliados a esta enfermidade.

2º CURSO DE ACONSE- LHAMENTO SOBRE SIDA PARA CLÍNICOS GERAIS E PSICÓ- LOGOS

Organizado pelo ISPA, Instituto de Clínica Geral (Zona Sul) e cadeira de Ciências Sociais e Humanas da Escola Nacional de Saúde Pública, este curso decorreu de 22 a 26 de Junho de 1992 e é o 2º de um ciclo de formação que terá continuidade de dois em dois meses. O 1º Curso realizou-se de 21 a 24 de Abril no Instituto de Clínica Geral (Zona Sul), tendo sido frequentado por 15 Clínicos Gerais/Médicos de Família e 5 Psicólogos, com o patrocínio da Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA.

Este 2º Curso perseguiu a mesma finalidade do anterior: promover o aconselhamento como instrumento fundamental na Prevenção e Controlo da Infecção pelo HIV. Acção de formação pioneira no nosso País, a realização destes cursos constitui uma contribuição inegável para a valorização profissional dos destinatários, vindo dar resposta a necessidades sentidas e, em última análise, reflectir-se-á em melhoria da qualidade dos cuidados que são prestados.

Constituem objectivos destes cursos:

— Proporcionar conhecimento relevante e actualizado sobre a virologia, epidemiologia e manifestações clínicas da SIDA

— Proporcionar formação em técnicas de aconselhamento para (1) disponibilizar apoio psicológico a pessoas infectadas pelo HIV, a doentes com SIDA, e a suas famílias, bem como a pessoas preocupadas com a possibilidade de poderem estar infectadas; (2) promover e manter a modificação de comportamentos necessária à prevenção e controlo da infecção pelo HIV e, ainda, (3) ajudar as pessoas afectadas a manterem um nível máximo de funcionamento e qualidade de vida o máximo de tempo possível

— Promover a apreensão dos princípios, valores e atitudes no aconselhamento.

O curso é desenvolvido por uma equipa multidisciplinar, que comporta médicos, psicólogos, psiquiatras, sociólogos e psicoterapeutas.

LEITURAS

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO MORAL: Teoria, Dados e Implicações.

Orlando M. Lourenço
Livraria Almedina, 1992, 261pgs.

Orlando Lourenço apresenta-nos uma obra de grande envergadura no domínio do desenvolvimento moral. Indubitavelmente, esta obra além de preencher um vazio nas nossas publicações científicas no campo da psicologia do desenvolvimento e no campo da moralidade, apresenta notáveis qualidades de rigor, de profundidade e de honestidade, que permitem um estudo aprofundado, sobretudo das teses kohlberguianas.

De facto, num momento em que as teses racionalistas em vários domínios do saber, nomeadamente em psicologia, parecem ser cada vez mais postas em causa, encaramos esta obra com muito agrado por nos parecer que permite a continuação de um diálogo com teses divergentes.

Logo no 1º capítulo da sua obra, Orlando Lourenço problematiza a própria noção de moralidade, oferecendo uma síntese de diferentes perspectivas no que respeita à própria noção de moral. Ou seja, procura saber "o que se desenvolve no desenvolvimento moral" segundo diferentes autores e perspectivas, nomeadamente a cognitivo-desenvolvimental, a da aprendizagem social e a psicanalítica.

É um primeiro capítulo muito estimulante, capaz desde logo de nos transportar para os aspectos centrais e mais profundos que definem o posicionamento de algumas das perspectivas existentes sobre a moralidade.

No segundo capítulo, o autor aborda de forma aprofundada a questão dos pressupostos metaéticos ao estudo do desenvolvimento moral, na perspectiva da aprendizagem social e na perspectiva cognitivo-desenvolvimental. A ênfase deste capítulo nos pressupostos filosóficos e metaéticos da perspectiva Kohlbergiana clarifica de forma importante a ideia do próprio Kohlberg de que a sua teoria dos estádios (o postular da existência de uma hierarquia de níveis de moralidade) é uma resposta às

questões filosóficas que as questões da moral em geral e da justiça em particular levantam, que são mais questões do dever ser, que do ser. Os pressupostos discutidos e analisados são: a não neutralidade, o fenomenismo, o universalismo, o prescritivismo, cognitivismo, formalismo, orientação por e para princípios, construtivismo e orientação para a justiça.

É, pois, um capítulo fundamental que, ao apresentar os fundamentos filosóficos da teoria de Kohlberg, traz para ribalta as questões filosóficas centrais que qualquer abordagem desenvolvimental ao estudo da moralidade não pode evitar.

O capítulo terceiro divide-se em três momentos: nos dois primeiros, o autor apresenta dados sobre o desenvolvimento moral da criança por um lado, e sobre o desenvolvimento moral dos adolescentes e adultos, por outro, descrevendo em profundidade as fases, níveis e estádios de desenvolvimento. Saliente-se o facto de alguns estudos sobre moralidade tenderem a atribuir à criança uma grande incompetência moral, o que o autor contraria oferecendo resultados de pesquisas de vários autores, incluindo as suas próprias. O último momento deste capítulo, a que o autor chama *controvérsias* é dos melhores e dos mais desafiantes de todo o livro. Orlando Lourenço não evita a discussão frontal de algumas questões controversas no modelo de Kohlberg, defendendo o ponto de vista kohlberguiano face aos trabalhos de Gilligan, Gibbs, Snarey, Turiel, Smetana e Nucci.

O capítulo quarto é dedicado aos processos, competências e instrumentos de avaliação do raciocínio moral tanto de crianças como de adolescentes e adultos. Podemos aqui tomar contacto com as metodologias de Piaget, de Damon, de Kurtines e Pimm, para a avaliação do raciocínio moral de crianças, e com as metodologias de Colby e Kohlberg e de Rest para a avaliação do desenvolvimento moral de adolescentes e adultos bem como compreender algumas "subtilezas" do complexo processo de avaliação de desenvolvimento moral.

Embora, por si só, este capítulo não possa tornar alguém competente na avaliação do raciocínio moral, constitui

um texto aconselhável a quem queira conhecer "a magia" subjacente aos processos de avaliação do nível de desenvolvimento moral da pessoa.

O capítulo cinco, trata dos factores de promoção do desenvolvimento moral. Aqui é esclarecida, sempre através de inúmeras referências bibliográficas, a importância de factores, como o desenvolvimento cognitivo, a descentração social e o conflito sócio-cognitivo. O autor ilustra ainda as relações entre desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento da tomada de perspectiva social e desenvolvimento moral. Esclarece, finalmente, o conceito de comunidade justa e sua relação óbvia com o desenvolvimento do raciocínio moral.

O último capítulo dedicado às relações entre o pensamento e o comportamento moral, analisa o problema da (in)consistência entre o pensamento e a acção moral, e enquadra-o no problema mais vasto da consistência entre o próprio pensamento (consistência intracognitiva) e entre as condutas ("consistência intracomportamental") em situações diferenciadas. Este capítulo é também um dos momentos mais altos do livro, pela habilidade e clareza argumentativa na defesa das teses Kohlberguianas.

Finalmente, não podemos deixar de mencionar a última grande contribuição deste livro que é a de oferecer um importante glossário de termos relacionados com a moralidade. Encontramos aqui um verdadeiro dicionário, esclarecedor da terminologia que, ao longo do tempo, tem sido utilizada por várias perspectivas no estudo da moralidade.

A nós que temos colocado em dúvida, como o fazem outros autores da actualidade, o poder da epistemologia para dar conta da natureza multidimensional e contextual do desenvolvimento humano, este livro parece-nos que cumpre extraordinariamente bem a importante função de divulgação e de aprofundamento de uma perspectiva. Acreditamos e defendemos, no entanto, que uma psicologia do desenvolvimento moral deve oferecer outros contrapontos, nomeadamente os mais recentes que se prendem com as abordagens existenciais (Vandenberg) e narrativas (Tappan; Freeman). Mas obviamente que

compreendemos que o autor se situa numa perspectiva kohlberguiana e compreendemos, também, que ele discute dados de investigação com a autoridade e a segurança de quem já "sujou muito as mãos" em trabalhos de investigação.

José Ferreira Alves

ORIENTAR PARA O ENSINO SUPERIOR

É um Guia que oferece aos jovens e em especial àqueles que pretendam prosseguir estudos superiores, informações necessárias e orientações úteis ao planeamento de estudos. O Ensino Superior em Portugal. Finalmente, numa só publicação. Objectivos. Cursos e Escolas. Localização. A relação com o En-

sino Secundário. Percursos Escolares possíveis. Da autoria de três especialistas da educação e da orientação, M^a do Céu Taveira, Conceição Nogueira e Artur Mesquita, *Orientar para o Ensino Superior* destina-se a todos aqueles que se vêem confrontados com a necessidade de realizar escolhas escolares. *Orientar para o Ensino Superior* é uma edição conjunta da Fundação da Juventude e da Porto Editora.

CALENDÁRIO

NACIONAL

22ND CONGRESS OF THE EUROPEAN ASSOCIATION OF BEHAVIOR THERAPY. Coimbra, 9-12 de Setembro de 1992. - Informações: APTC, Apartado 9001, COIMBRA Codex.

IV SEMINÁRIO "A COMPONENTE DE PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OUTROS AGENTES EDUCATIVOS - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DOS EDUCANDOS E EDUCADORES. Évora, 23 a 25 de Setembro de 1992. - Informações: Comissão Organizadora do Seminário, Departamento de Pedagogia e Educação, Universidade de Évora, Apartado 94, 7000 ÉVORA.

1º CONGRESSO PORTUGUÊS DE SAÚDE MENTAL - "A SAÚDE MENTAL EM PORTUGAL". Forum da Cidade da Maia, 1 a 3 de Outubro de 1992. Informações: Associação Portuguesa de Saúde Mental.

III SIMPÓSIO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM PSICOLOGIA. Fundação Calouste Gulbenkian, 21-23 de Outubro de 1992. - Informações: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Av. das Forças Armadas, 1600 LISBOA

4º COLÓQUIO DE PSICOLOGIA CLÍNICA "REABILITAÇÃO - INTEGRAÇÃO". Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 26-27 de Outubro de 1992. - Informações: I.S.P.A., Rua Jardim do Tabaco, 44, 1100 LISBOA.

PSICOLOGIA PORTUGAL E A EUROPA. Coimbra, 20 e 21 de Novembro de 1992. - Informações: 1ª Jornadas de Estudo da Sociedade Portuguesa de Psicologia, FPCE - UC, Rua do Colégio Novo, 3000 COIMBRA.

II CONGRESSO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO. Braga, 29 de Novembro - 1 de Dezembro de 1992. - Informações: Instituto de Educação (U. M.), Rua Abade da Loureira, 4700 BRAGA.

INTERNACIONAL

11TH INTERNATIONAL CONGRESS OF GROUP PSYCHOTHERAPY. Palais des Congrès. Montréal, Québec, Canada, 22-28 de Agosto de 1992. - Informações: GEMS/IAGP CONGRESS 1992, 4260 Girouard, Suite 100, Montréal, Québec, Canada H4A 3C9, CANADA.

III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL "CONSTRUCTIVISM IN PSYCHOTHERAPY. Barcelona, 20-23 de Setembro de 1992. - Informações: Adela Fusté, Depart. de Personalidad, Evaluación y Tratamiento Psicológico, c/ Adolf Florensa, s/n, 08028, Barcelona, SPAIN.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR TRAUMATIC STRESS STUDIES CONFERENCE. Amsterdam, 21-26 de Setembro de 1992. - Informações: ICODO, P. O. Box 13362, 3507 LJ Utrecht, THE NETHERLANDS.

THE FIFTH INTERNATIONAL CONGRESS ON ERICKSONIAN APPROACHES TO HYPNOSIS AND PSYCHOTHERAPY. Phoenix, Arizona, USA, 2-6 de Dezembro de 1992. - Informações: The Milton H. Erickson Foundation, 3606 N. 24th Street, Phoenix, U.S.A..

14TH INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE STRESS AND ANXIETY RESEARCH SOCIETY (STAR). Ismailia, 5-7 de Abril de 1993. - Informações: Dr. Nabil El-Zahhar, Suez Canal University, 9 Asma Fahmi Street N° 2, 3rd Quarter, Heliopolis, 11341, Cairo, EGYPT.

II CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE INTERVENCIÓN PSICOLÓGICA Y DESARROLLO HUMANO: INTERVENCIÓN EDUCATIVA Y COMUNITARIA. Valencia, España, 1-15 de Julho de 1993. - Informações: Facultad de Psicología, Universidad de Valencia, Avd. Blasco Ibáñez, 21, 460101, Valencia, SPAIN.

III EUROPEAN CONGRESS OF PSYCHOLOGY. Tampere, 4-9 de Julho de 1993. - Informações: III European Congress of Psychology, P. O. Box 905, SF-00101, Helsinki, FINLAND.

INTERNATIONAL CONGRESS OF HEALTH PSYCHOLOGY. Tokyo, 26-30 de Julho de 1993. - Informações: International Congress of Health Psychology, The Department of Psychology, Waseda University, 1-24-1, Toyama, Shunjuku-ku, Tokyo, 162, JAPAN.